

Memorial Ico Lisboa às vítimas da ditadura militar no Planalto Norte Catarinense

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS ERECHIM
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO
DISCENTE: HAYANE LIZ DOBRİKOPF
ORIENTADOR: EDISON K. TSUTSUMI

Erechim, 2025.

DO CONCRETO À CONSCIÊNCIA

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho Final de Graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) **propõe entregar como resultado o anteprojeto de um memorial no Planalto Norte Catarinense**, utilizando uma abordagem teórico-prática multidisciplinar, e tendo como principal instrumento de pesquisa o documento da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina. O projeto visa resgatar a memória coletiva sobre as violações de direitos humanos durante a ditadura militar de 1964, explorando as dimensões materiais e imateriais da região. O objetivo é promover reflexões sobre o passado e fortalecer a identidade histórica local.

PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA



PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVAS

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída no Brasil pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, foi criada com o objetivo de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, com ênfase no período da ditadura militar (1964-1985). Seu relatório final, divulgado em 10 de dezembro de 2014 – há mais de uma década –, representou um marco histórico ao reconhecer oficialmente os crimes contra a humanidade cometidos pelo Estado brasileiro durante o regime militar. No entanto, apesar desse avanço significativo, a impunidade dos responsáveis por essas violações persiste, amparada pela Lei de Anistia de 1979, cuja validade foi reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010. Essa impunidade, que protege os agentes envolvidos em torturas, desaparecimentos forçados e execuções sumárias, não apenas impede a justiça, mas também ameaça a memória coletiva sobre esse período sombrio da história brasileira. Com o passar do tempo, o risco de que essas narrativas se apaguem ou sejam distorcidas aumenta, o que torna ainda mais urgente a necessidade de preservar e difundir a memória desses eventos. Nesse contexto, a arte emerge como uma ferramenta poderosa de resistência e conscientização, como exemplifica o filme “Ainda Estou Aqui” (2024), que aborda o luto da família do deputado Rubens Paiva, detido e desaparecido durante a ditadura.

No entanto, é importante destacar que a repressão política não se limitou aos grandes centros urbanos do eixo Rio-São Paulo. Ela foi uma realidade em todo o país, incluindo Santa Catarina. Apesar de eventos de maior repercussão terem ocorrido em outras regiões do estado, como a Novembrada e a Operação Barriga Verde, este trabalho foca no Planalto Norte Catarinense, justamente pelo desconhecimento que ainda persiste entre grande parte da população local sobre os acontecimentos ali ocorridos. Portanto o **objetivo** deste trabalho é **desenvolver o anteprojeto de um memorial** que garanta a memória coletiva acerca das transgressões aos direitos humanos ocorridas no período ditatorial brasileiro, com recorte no Planalto Norte de Santa Catarina. A proposta se **justifica pela necessidade de enfrentar a impunidade por meio do resgate histórico**, promovendo a aproximação das narrativas históricas para a população da região. Este aparelho cultural atuará como agente de fomentação da **arte como uma forma de resistência contemporânea**, desempenhando um papel crucial no **acesso democrático à história**. Ao fazer isso, busca-se não apenas honrar as vítimas, mas também fortalecer a consciência histórica e democrática, para que os erros do passado não se repitam.

POR QUE UM MEMORIAL E NÃO UM MUSEU?

De acordo com Ramos (2021), esses novos formatos de lugares de memória (memoriais) oferecem ao visitante uma experiência mais sensorial e emocional, em contraste com a abordagem hierárquica e impessoal comum aos museus tradicionais. Esses espaços estimulam a sensibilização e a conexão pessoal com a memória do homenageado, possibilitando uma aproximação mais íntima e reflexiva. Além disso, os memoriais de perfil agregativo abrangem diversas atividades culturais, como música, artes plásticas, teatro e eventos, expandindo seu papel para além da simples preservação de uma memória específica e **integrando diferentes manifestações culturais**. Embora os memoriais contemporâneos se caracterizem por essa condição agregativa (RAMOS, 2021), neste projeto **opta-se por estruturar o programa a partir dos espaços expositivos** – entendidos como eixo principal de mediação entre público e memória –, apoiados por um Arquivo Histórico de Pesquisa, que assegura a preservação e o acesso às fontes históricas e se articula a ambientes flexíveis (salão de atos, anfiteatro, praça interna) capazes de acolher teatro, dança e outras intervenções. Dessa forma, a dimensão sensível e performativa da memória se ancora em uma base documental sólida, evitando que o memorial se converta em um centro cultural genérico e reafirmando a centralidade das exposições no projeto.

Acesso ao trabalho de Introdução ao Trabalho Final de Graduação



ICO
LISBÔA

RESISTÊNCIA INVISÍVEL : A Repressão no Planalto Norte Catarinense

No dia 31 de março de 1964 – há 61 anos –, deflagrou-se no Brasil um golpe de Estado, no qual o Exército Brasileiro assumiu o poder, instaurando uma ditadura cívico-militar que perdurou por 21 anos. Esse período foi marcado por barbáries, e a opressão aos direitos humanos foi institucionalizada contra aqueles que se opunham ao regime.

Em Santa Catarina, embora grande parte da história de resistência permaneça esquecida, essas violações também ocorreram. Assim, a Comissão Estadual da Verdade - SC (CEV), criada por meio de decreto governamental em 1º de março de 2013 e nomeada em homenagem a Paulo Stuart Wright – deputado estadual catarinense desaparecido durante a ditadura –, representa um importante documento de resgate dessas memórias. De acordo com o relatório final da CEV-SC, cerca de 698 pessoas foram afetadas pelo regime, a maioria delas submetida a prisões sumárias, caracterizando prisão ilegal. Dentre essas vítimas, 7 foram executadas, sendo apenas uma em solo catarinense, e 3 continuam desaparecidas.

Além disso, Derlei Catarina de Luca, membro da CEV-SC e militante do coletivo Memória, Verdade e Justiça, menciona no relato “A busca da verdade” a existência de vítimas de desapropriações forçadas ocorridas antes mesmo de 1964 localizadas nos municípios de Papanduva e Três Barras, onde famílias inteiras foram removidas de suas terras para a implantação de um campo de treinamento do Exército Brasileiro. Esse campo, conhecido como Campo de Instrução Marechal Hermes, permanece até hoje instalado no município de Três Barras, representando uma marca duradoura da violação de direitos vivida por essas populações. Ainda no mesmo relato, a autora evoca uma característica peculiar da atuação do sistema opressor na região. De acordo com documentos e depoimentos, as violações mais graves ocorreram fora do território catarinense. As prisões ilegais eram realizadas em Santa Catarina; no entanto, os atos de tortura e violência ocorriam, em sua maioria, em Curitiba/PR, onde os detidos eram interrogados na 5ª Região Militar, à qual o estado estava subordinado. No entanto, como reforça De Luca, isso não exime a responsabilidade do Estado catarinense.

Ao que se refere ao contexto no Planalto norte catarinense, pode-se destacar como eventos mais expressivos, identificados pela CEV a repressão particularmente severa no Planalto Norte relacionada ao Grupo dos onze e a promoção do terror no Planalto Norte pelo General de Brigada Dário Coelho.

Os Grupos dos Onze, concebidos por Leonel Brizola no final de 1963, surgiram como uma proposta de mobilização popular voltada à defesa das reformas de base e da legalidade democrática, organizando-se em núcleos inspirados simbolicamente em um time de futebol, o que facilitava sua assimilação popular. Conforme aponta Diego Pacheco (2011), embora os Grupos dos Onze em Santa Catarina não tenham alcançado grande expressividade numérica, sua atuação repercutiu entre trabalhadores e militantes do PTB, sustentados por uma tradição político-ideológica vinculada ao trabalhismo e ao brizolismo. Contrariando a imagem propagada por setores conservadores de que seriam milícias armadas, esses grupos concentravam-se sobretudo na organização popular e na formação política das bases. A rotulação como “subversivos” e associação dos mesmos como guerrilheiros evidencia o caráter estratégico da repressão, que visava enfraquecer iniciativas democráticas incompatíveis com os interesses do regime instaurado. Cabe destacar ainda, que de acordo com Pacheco, pelos depoimentos coletados, nenhum dos grupos atuantes em Santa Catarina tinha conhecimento dos demais, reforçando ainda mais o caráter de espaço apenas de debate.

Outro ponto que facilitou a repressão no Planalto Norte foi a presença do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, sediado em Porto União. O batalhão era subordinado à 5ª Região Militar, com sede em Curitiba/PR, então sob o comando do general de brigada Dário Coelho. Segundo a Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina (CEV-SC), em abril de 1964, o general teria ordenado a prisão arbitrária de 230 pessoas nas cidades de Porto União, Canoinhas, Irineópolis e outras da região.

A cidade de Porto União também possui relevância simbólica por sua proximidade com União da Vitória/PR, sua "cidade gêmea", refletindo a dinâmica regional da repressão — uma vez que os atos mais violentos ocorriam, em geral, no território paranaense.

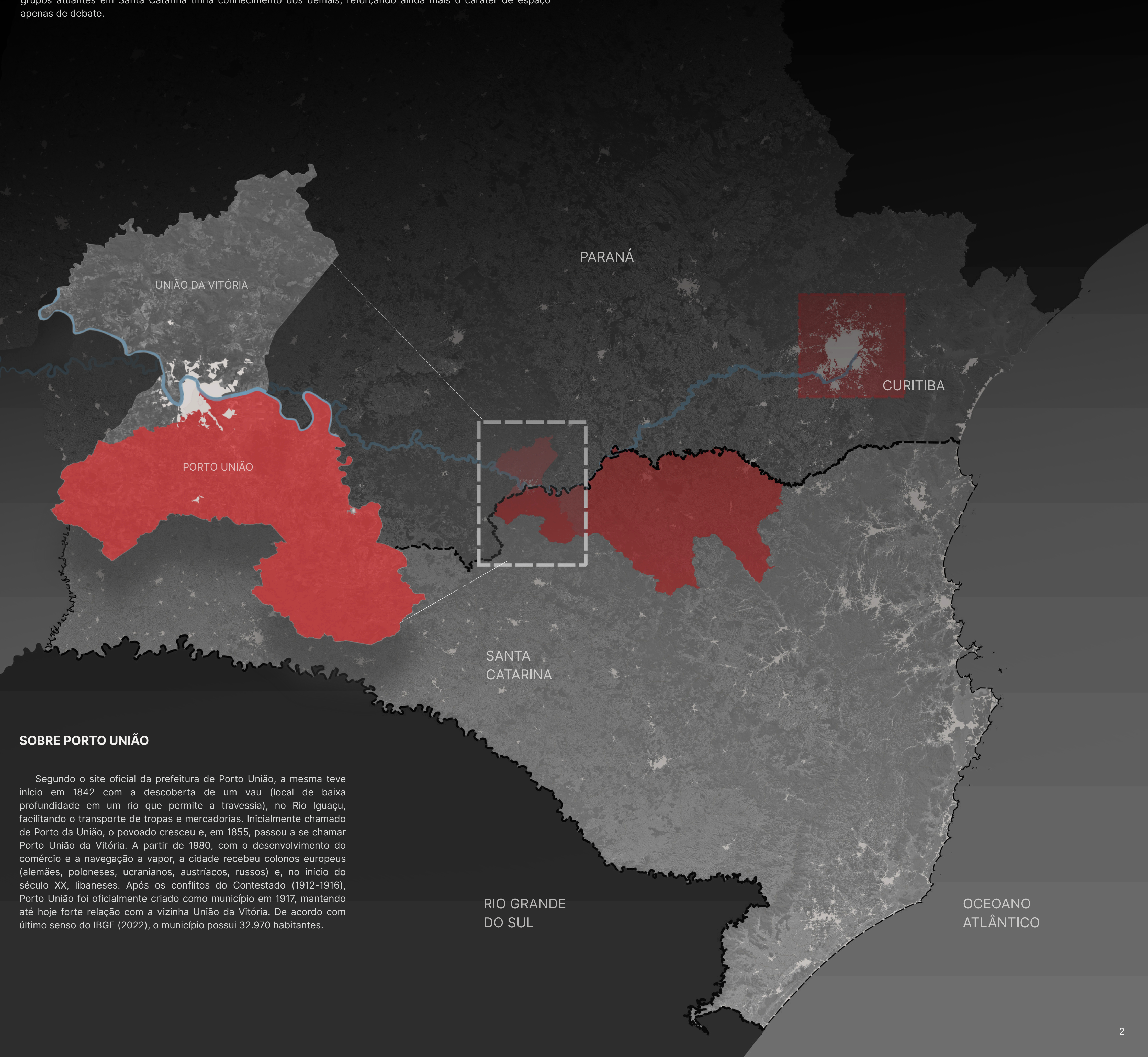
Por fim, destaca-se o fato de que uma das sete vítimas catarinenses assassinadas pelo regime, Luiz Eurico Tejera Lisboa, estudante morto em São Paulo, era natural de Porto União. Sua trajetória tem valor emblemático, já que foi o primeiro preso político da ditadura a ter seus restos mortais identificados, em 1979, no cemitério de Perus, em São Paulo. Além de sua atuação militante, Luiz também se dedicava à escrita de poemas e cartas, nas quais expressava reflexões sobre amor, liberdade e resistência. Esse aspecto de sua vida reforça o caráter simbiótico entre arte e luta política, demonstrando como a produção artística frequentemente se torna veículo de resistência em contextos de opressão.

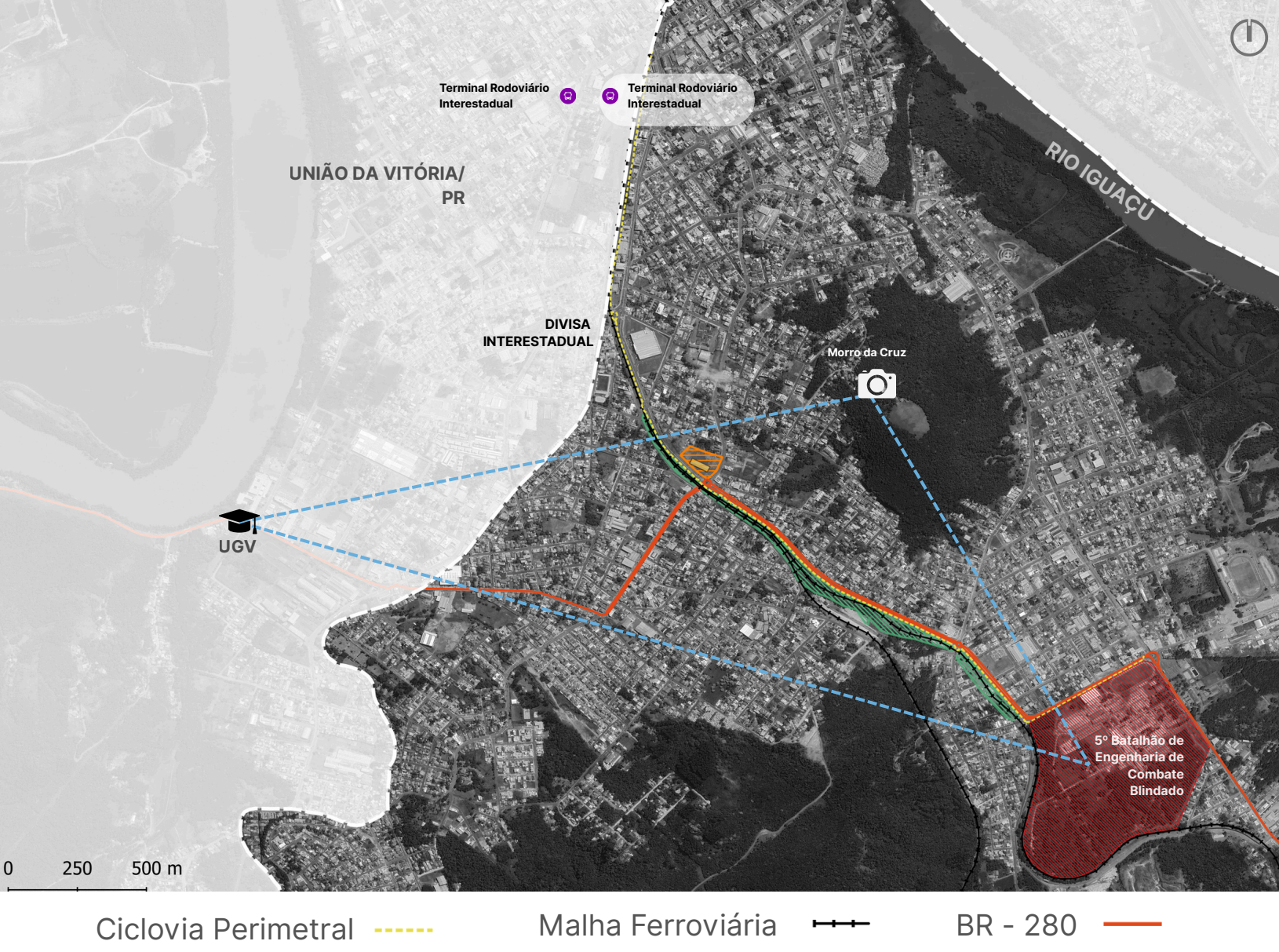
“[...] Com o Caco, fui à pensão da Liberdade. E, frente às câmeras da *Globo*, um morador contou a verdade, dita a ele pela dona da pensão: o Ico tinha sido assassinado, ali mesmo, tinham entrado atirando pela janela, matado, depois levaram tudo montaram a cena de suicídio.”
-Suzana Lisbôa, em relato disponibilizado ao livro “Condições ideais para o amor [...]’

Desta forma, escolheu-se Porto União como local para o memorial, tendo como justificativa a importância histórica da cidade no contexto da repressão durante a ditadura civil-militar. Implantar o memorial nesse local é, portanto, um gesto de reconhecimento e preservação da memória histórica, fortalecendo o compromisso com os direitos humanos e a democracia.

SOBRE PORTO UNIÃO

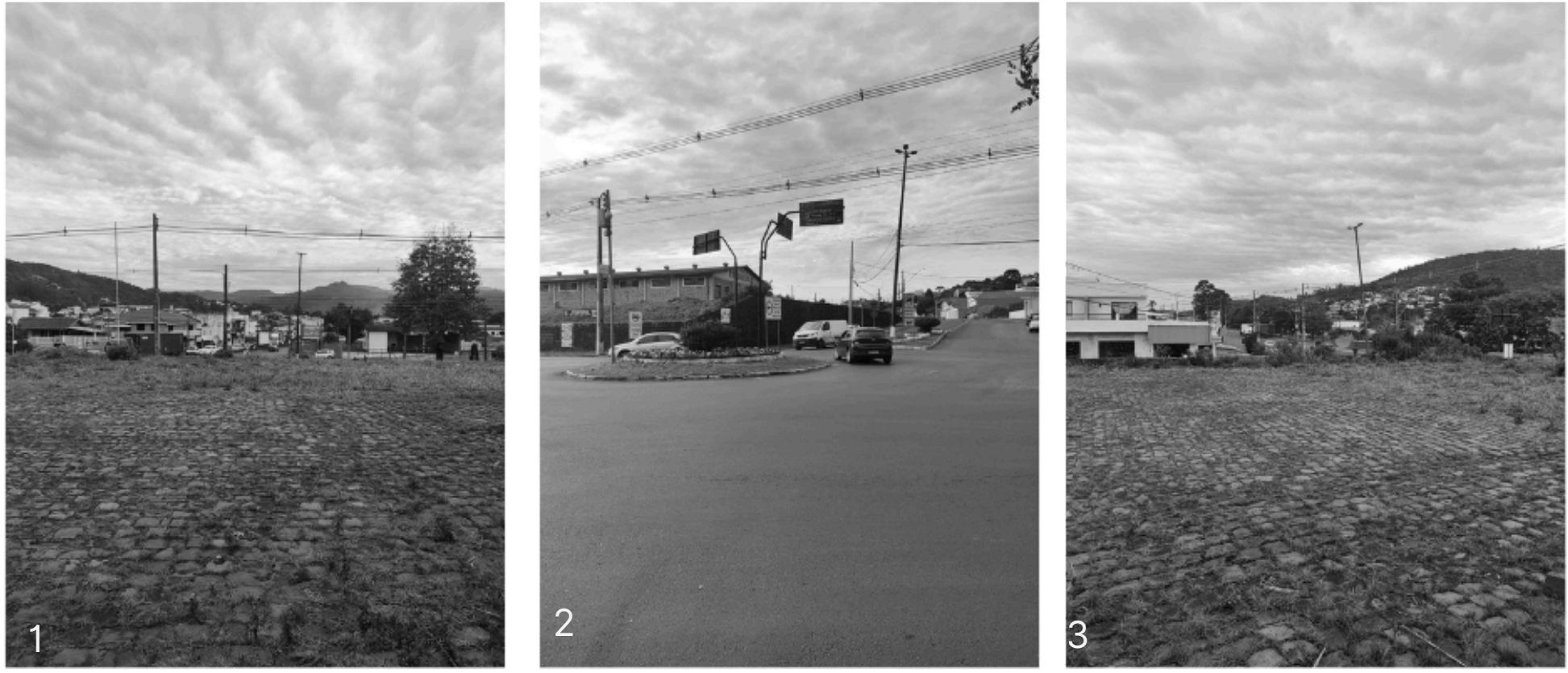
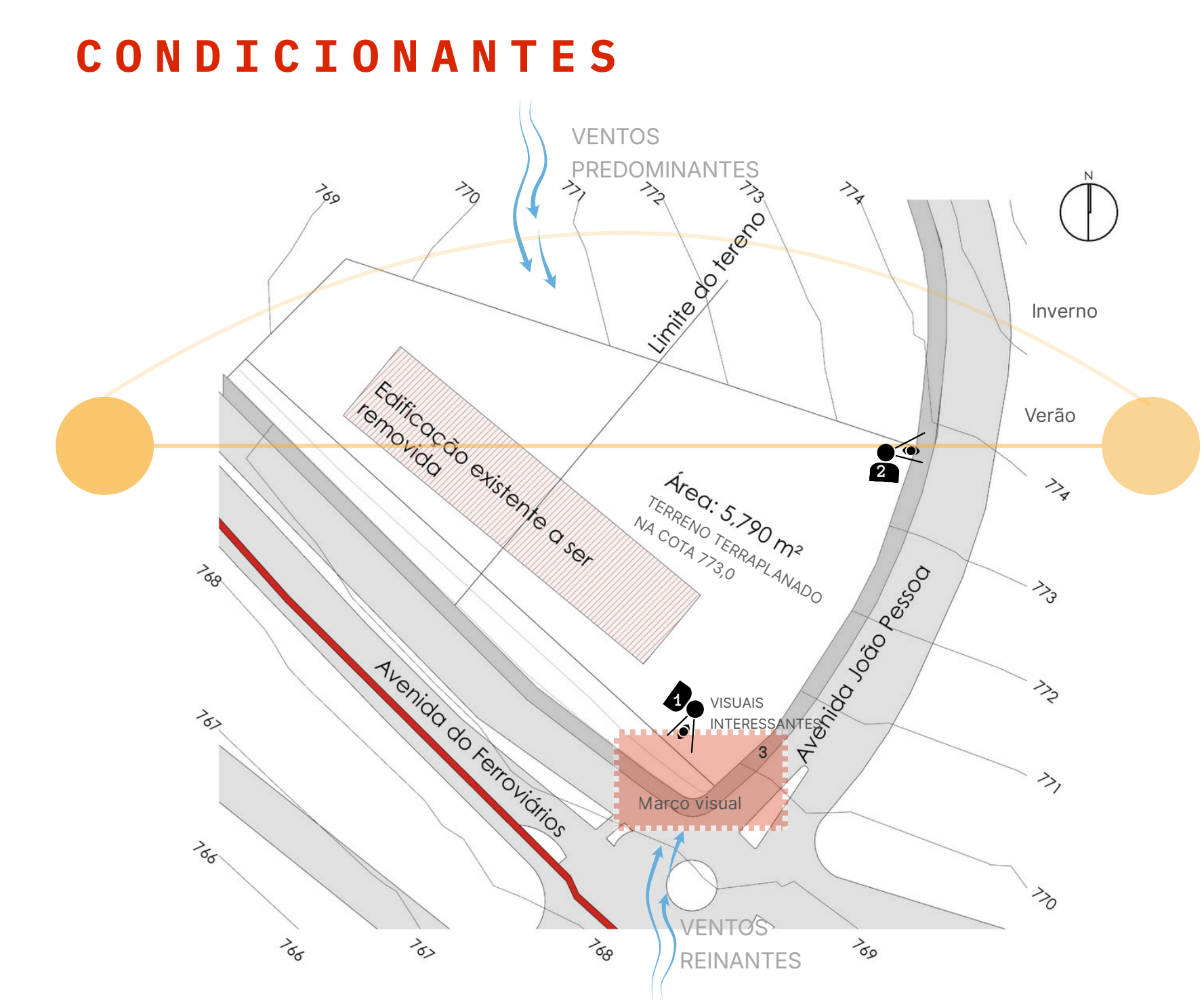
Segundo o site oficial da prefeitura de Porto União, a mesma teve início em 1842 com a descoberta de um vau (local de baixa profundidade em um rio que permite a travessia), no Rio Iguaçu, facilitando o transporte de tropas e mercadorias. Inicialmente chamado de Porto da União, o povoado cresceu e, em 1855, passou a se chamar Porto União da Vitória. A partir de 1880, com o desenvolvimento do comércio e a navegação a vapor, a cidade recebeu colonos europeus (alemães, poloneses, ucranianos, austríacos, russos) e, no início do século XX, libaneses. Após os conflitos do Contestado (1912-1916), Porto União foi oficialmente criado como município em 1917, mantendo até hoje forte relação com a vizinha União da Vitória. De acordo com último senso do IBGE (2022), o município possui 32.970 habitantes.





TERRITÓRIO DE MEMÓRIAS: O lugar como testemunha

Para a implantação do memorial, foram considerados critérios como a proximidade com a fronteira interestadual, em alusão à dinâmica de repressão; a relação direta com o 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado; a proximidade com equipamentos públicos de lazer; e a presença de infraestruturas de transporte. O terreno escolhido atende plenamente a esses requisitos, estando localizado em um triângulo estratégico formado pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UGV), instituição que recebe alunos de toda a região, o 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado – conectado à UGV pela BR-280, que passa em frente ao local – e o Morro da Cruz, um dos principais pontos de visitação da cidade. Além disso, a via que margeia o terreno segue em direção aos terminais rodoviários interestaduais das duas cidades, implantados frente a frente. Outro destaque é a extensa faixa de uso público situada à frente do terreno, área anteriormente ocupada por trilhos ferroviários, hoje desativados, que atualmente abriga diversos equipamentos de lazer como quadras esportivas, pistas de skate e espaços de convivência. Esse corredor urbano, intensamente utilizado pela população para atividades recreativas, conta ainda com a ciclovía perimetral que conecta as duas cidades e se integra à malha cicloviária de Porto União/SC. Atualmente, o terreno encontra-se em desuso, reforçando seu potencial para a implantação de um espaço de memória e reflexão.



O terreno não possui áreas de grande sombreamento, visto que, as poucas edificações em seu entorno tem caráter residencial e gabarito baixo, bem como não há presença significativas de maciços de vegetação.

Os passeios no entorno imediato do terreno necessitam adequação.

O cruzamento entre as vias arteriais e coletoras possuem um bom marco visual, determinado pelo muro de arrimo e o terreno elevado - possível potencial projetual.

DIRETRIZES PROJETOAIS

recorte territorial -

volumetria, materialidade e simbolismo -

programa híbrido -

integração urbana -

a escolha estratégica de localização para significado histórico

formas arquitetônicas e materialidade para transmitir significado simbólico

combinação entre espaços de cultura, memória e convivência

conexão com o ambiente urbano circundante



Público simultâneo provável (sem evento): 180 a 220 pessoas espalhadas pelo memorial

Público simultâneo com evento no anfiteatro ou salão de atos: 300 a 350 pessoas no total

Equipe: 8 a 10 pessoas

- Estudantes (escolas e universidades – especialmente da região)
- Comunidade local e regional (moradores de Porto União / União da Vitória / Planalto Norte)
- Pesquisadores e profissionais ligados a história, direitos humanos, educação e cultura
- Turistas culturais interessados em memória, patrimônio e história política do Brasil

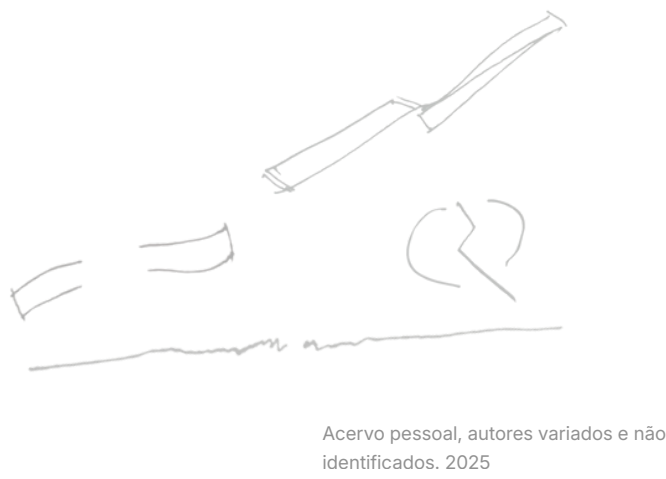
DO TRAÇO À INTENÇÃO

PARTIDO E CONCEITO

O partido volumétrico do projeto nasce do conceito de interrupção, em alusão às histórias interrompidas pela violência da ditadura. No início do processo, não havia um elemento físico pré-existente que remetesse diretamente ao tema — nenhum símbolo consolidado ou lugar já marcado pelos acontecimentos. Diante disso, a interrupção foi tomada como ponto de partida para a forma.

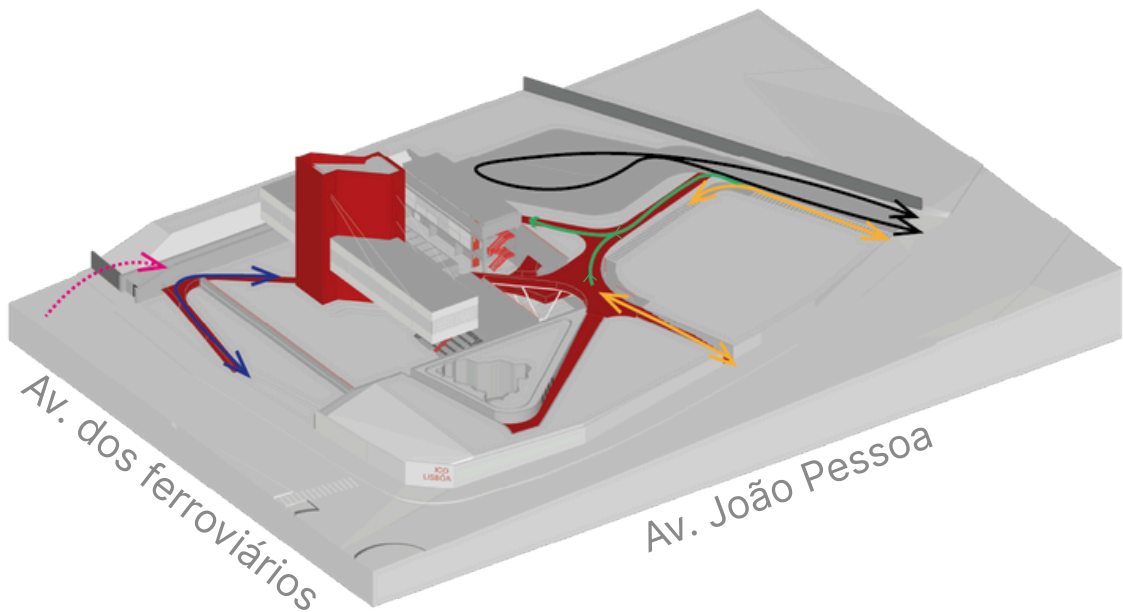
Os primeiros conceitos surgiram a partir da leitura visual do que seria “interrupção” para alguns colegas. Ainda ness fase, essa ideia foi traduzida em volumetria: uma linha leve — neste caso, o segundo pavimento — é bruscament interrompida por um grande volume, que rompe a sua continuidade e define o partido volumétrico inicial do projeto.

Esse conceito se desdobra também nos acessos e nos caminhos principais. Os traçados vermelhos parecem quebrar lógica de linearidade do conjunto, criando desvios, mudanças de fluxo e pequenas quebras de percurso, numa referênci àqueles que subvertiam a ordem, o regime imposto e às trajetórias de vida abruptamente interrompidas.



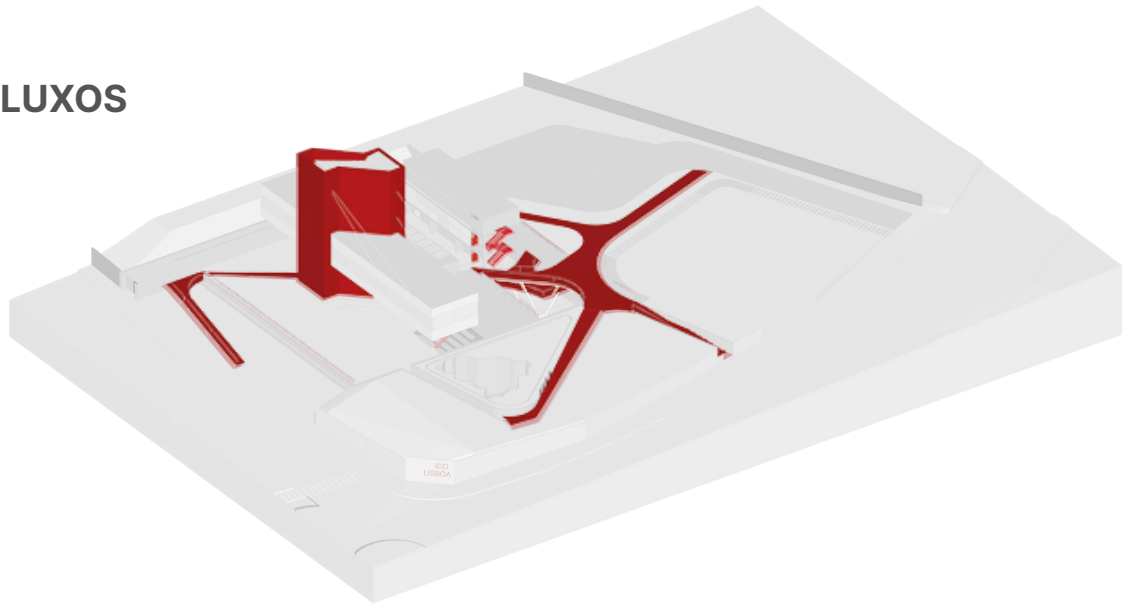
Acervo pessoal, autores variados e não identificados. 2025

ACESSOS



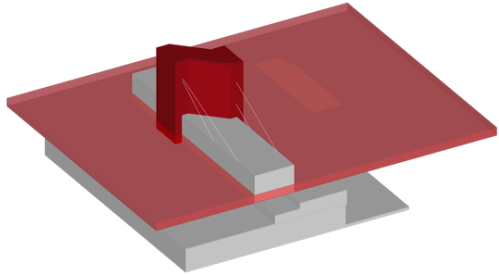
- Acesso principal - pedestres
- Acesso secundário - pedestres
- Acesso veículos
- Acesso arquivo histórico/adm
- Acesso serviços

FLUXOS

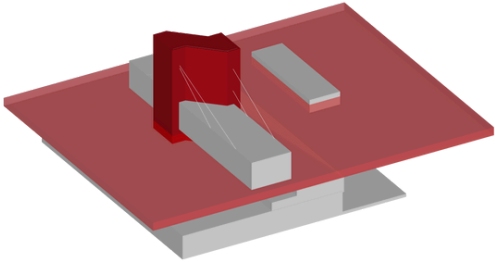


Todos os eixos de fluxo são marcados em vermelho, seja na colocação do piso, da escada ou das paredes, como no caso da circulação vertical principal.

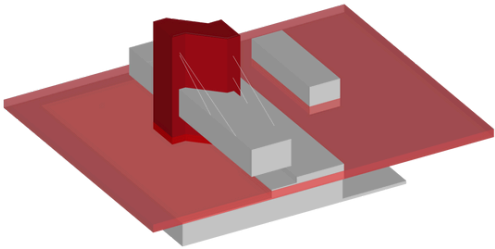
ZONEAMENTO ESQUEMÁTICO



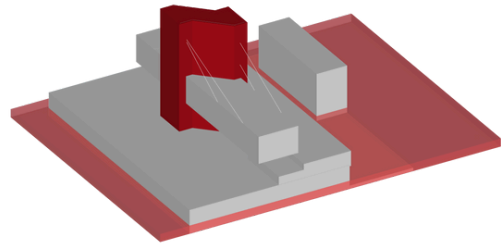
2º pav - Café e Exposição efêmera Horizonte.



1º pav. - Exposições externas e centro administrativo.



Pav. intermediário - Exposições externas, anfiteatro, recepção, arquivo histórico e pesquisa.

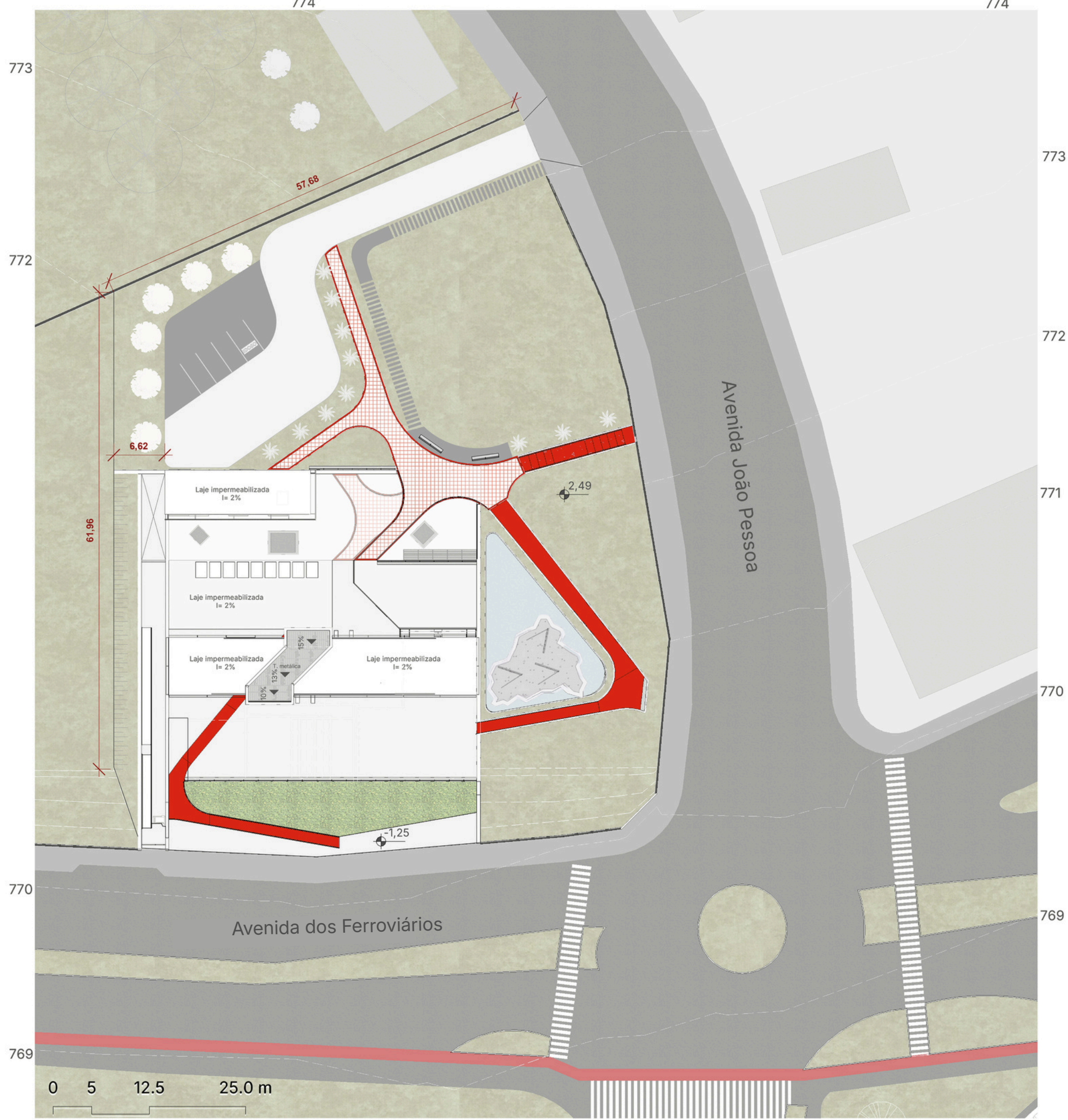


Subsolo - Exposições, instalação artística, salão de atos, reserva técnica, serviços, apoio às exposições.

O volume superior translúcido cria um verdadeiro jogo de cenas com as silhuetas: corpos aparecem como sombras, mas nunca se deixam ver por completo. Essa condição de quase-presença reforça a ideia de ausências e apagamentos produzidos pelo regime — vemos sinais de vida, mas não vemos a história toda. É uma presença filtrada, mediada, que sugere o que foi escondido e silenciado.

Nessa mesma lógica, os diferentes níveis não são apenas solução de projeto, mas parte do discurso. Cada mudança de cota oferece novas perspectivas e descobertas, revelando e ocultando partes do conjunto. O percurso nunca se dá de forma totalmente previsível: ao subir ou descer, o visitante é convidado a refazer o olhar, como quem revisita uma memória que nunca se apresenta inteira, sempre em camadas.

O concreto foi escolhido como material predominante por sua rigidez e brutalidade, características que remetem diretamente ao período do regime militar. Sua aparência fria e imponente funciona como metáfora da repressão, da dureza institucional e do silenciamento vivenciado naquele contexto, configurando-se como um corpo pesado e marcado, difícil de atravessar. Em contraste, estruturas mais esbeltas em aço, associadas ao volume translúcido em policarbonato, introduzem uma sensação de leveza e maior permeabilidade visual. Essa tensão entre peso e leveza reforça o tema do memorial: de um lado, a rigidez e a opressão; de outro, os gestos sutis de resistência, que, embora discretos, abrem novas possibilidades de leitura do espaço e de experiência do lugar. Nesse contexto, o aço corten, que aparece pontualmente, evoca o passado pela sua aparência envelhecida e oxidada, cuja tonalidade avermelhada remete à violência e ao sangue, enquanto os planos vermelhos associam-se à paixão, à luta coletiva e à resistência, fazendo emergir, no espaço, a dimensão ativa e política da memória.

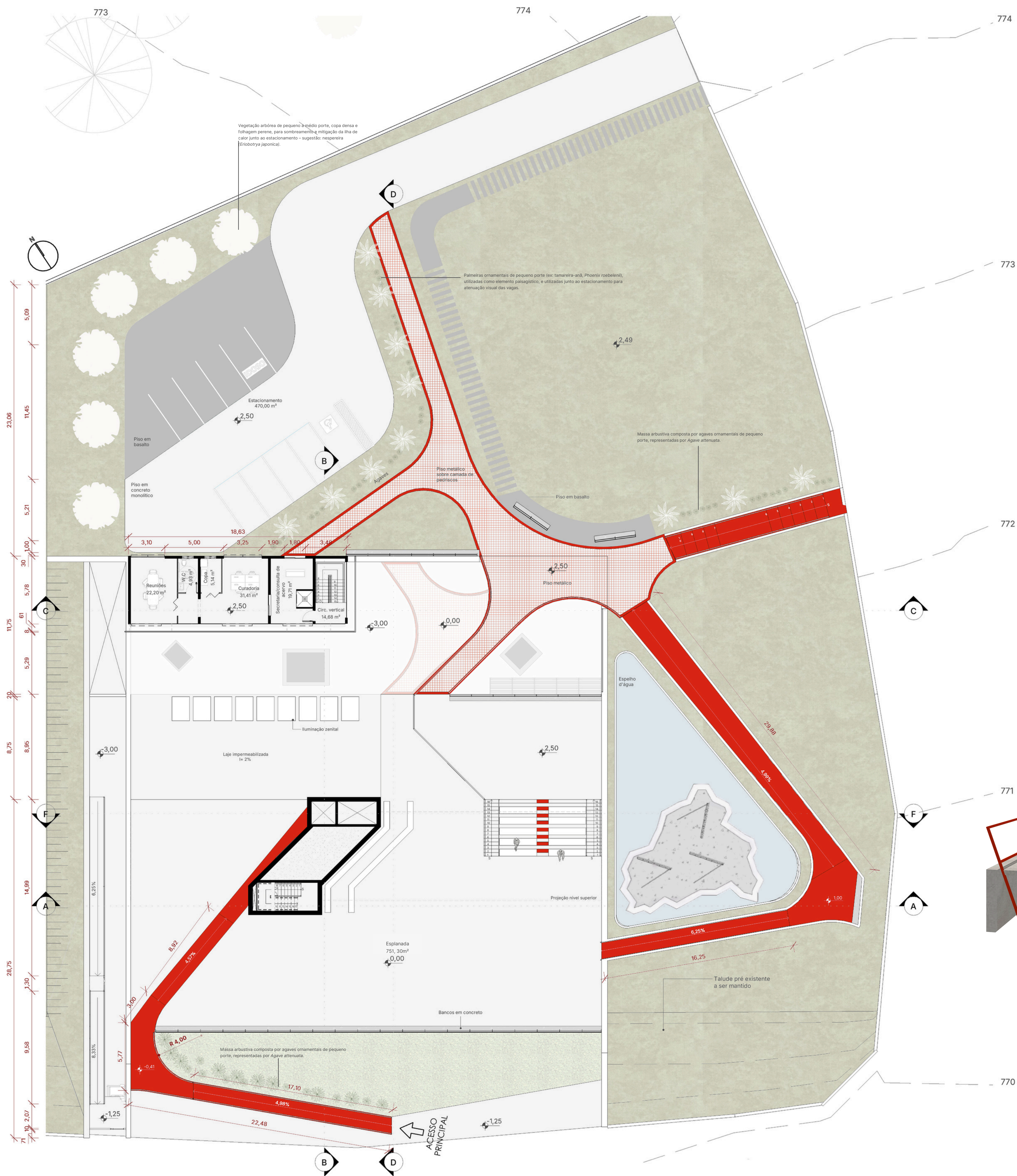


IMPLANTAÇÃO/COBERTURA
Escala: 1/500

MATERIALIDADE E SIMBOLISMO

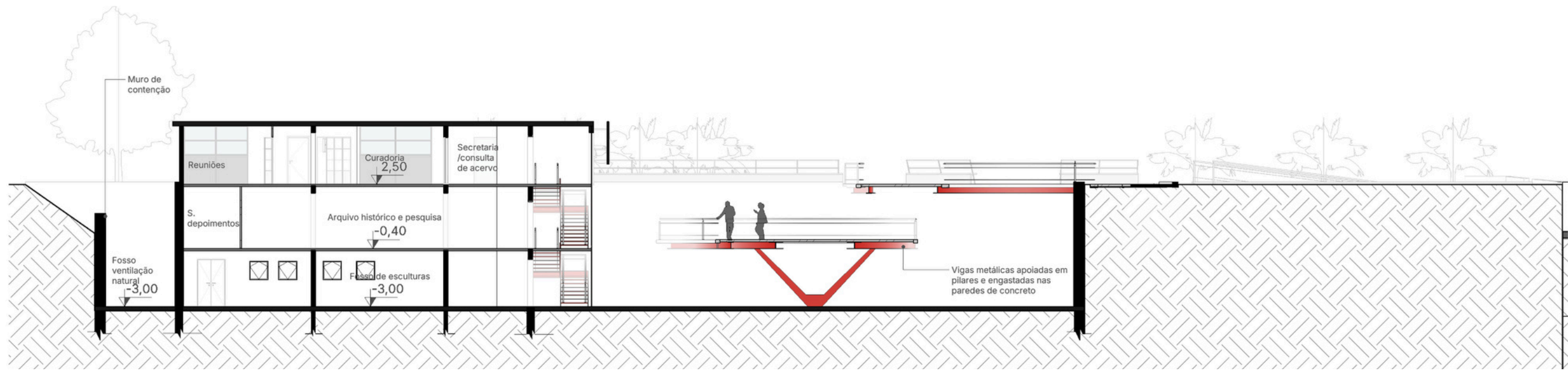


Acesso Principal. Vista a partir da Avenida dos Ferroviários.



PLANTA 1º Pavimento

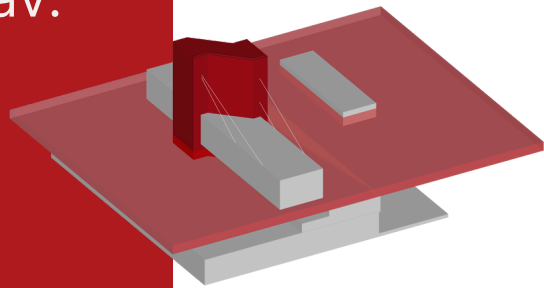
0 1 2 5.0 m



CORTE C
Escala: 1/200

0 1 2 5.0 m

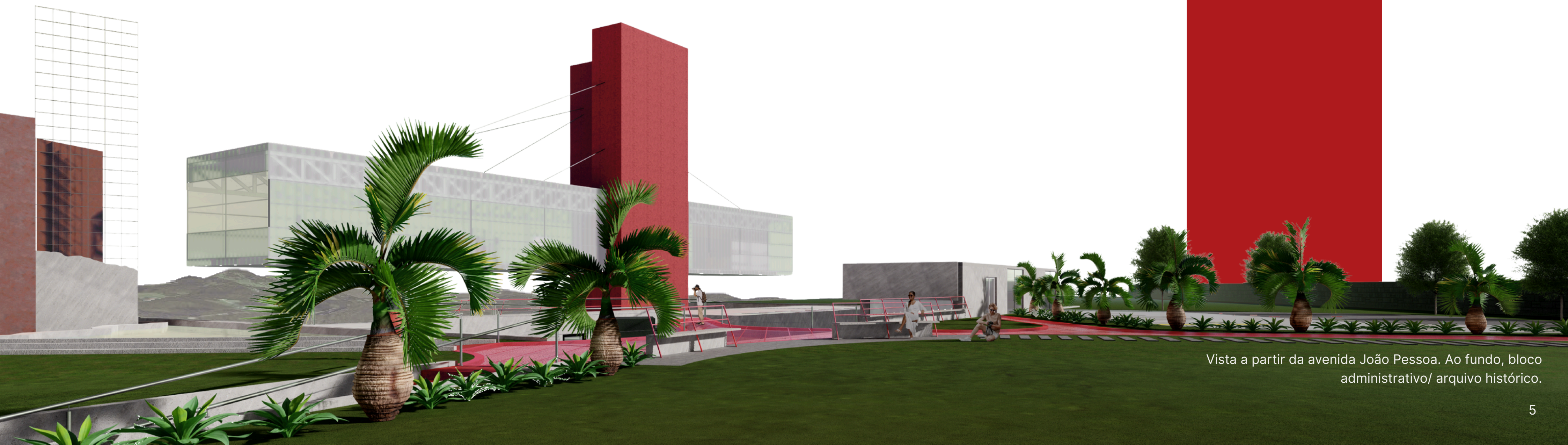
1º pav.



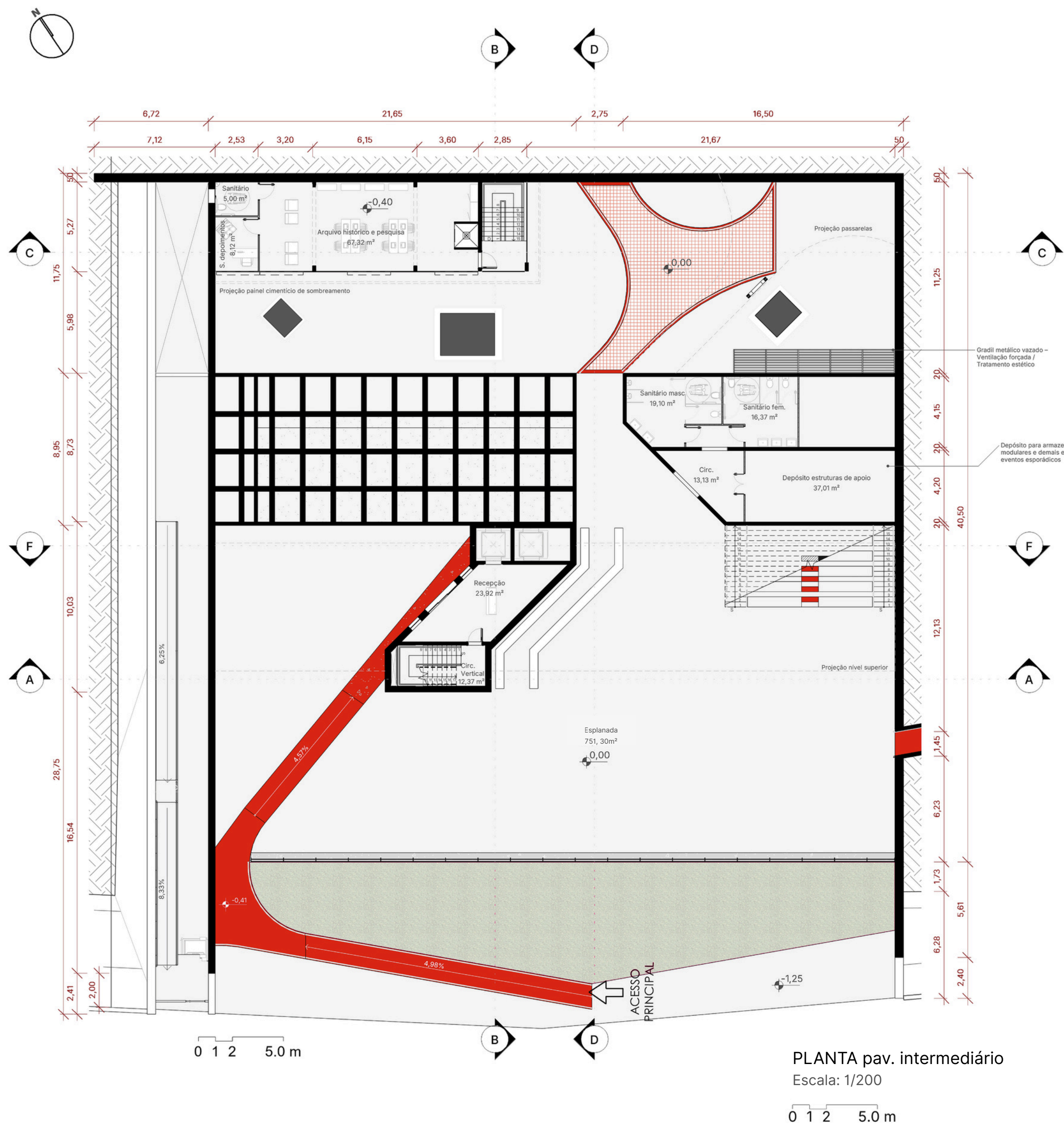
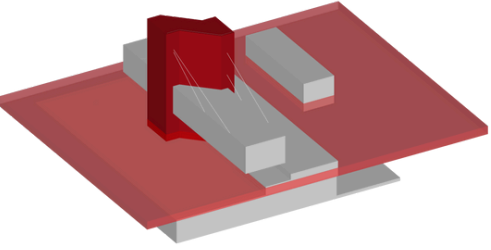
O primeiro pavimento é onde ocorre toda a área de convivência; aqui os gramados e a esplanada costumam a edificação à área urbana. A edificação não se volta para si, mas sim funciona como mediadora e referência no espaço.

É neste nível que se concentram as atividades administrativas do memorial. Uma sala é destinada à equipe de curadoria, que pesquisa, seleciona e organiza o acervo, além de conceber e atualizar as exposições e manter o diálogo com pesquisadores, instituições parceiras e familiares de vítimas. Há também uma sala de reuniões e espaços de apoio que sustentam o funcionamento cotidiano do setor administrativo. Por fim, a secretaria foi posicionada logo no início do setor, tanto para acolher quem busca a administração quanto para orientar aqueles que desejam realizar pesquisa no arquivo histórico, localizado no pavimento inferior, funcionando também como ponto de controle e mediação do acesso ao acervo. Além disso, o elevador possui acesso direto à reserva técnica, cuja entrada é controlada por chave eletrônica de uso restrito aos funcionários, de modo que o equipamento só alcança essa área reservada mediante autenticação por código ou tag, sistema amplamente utilizado em controles de segurança contemporâneos.

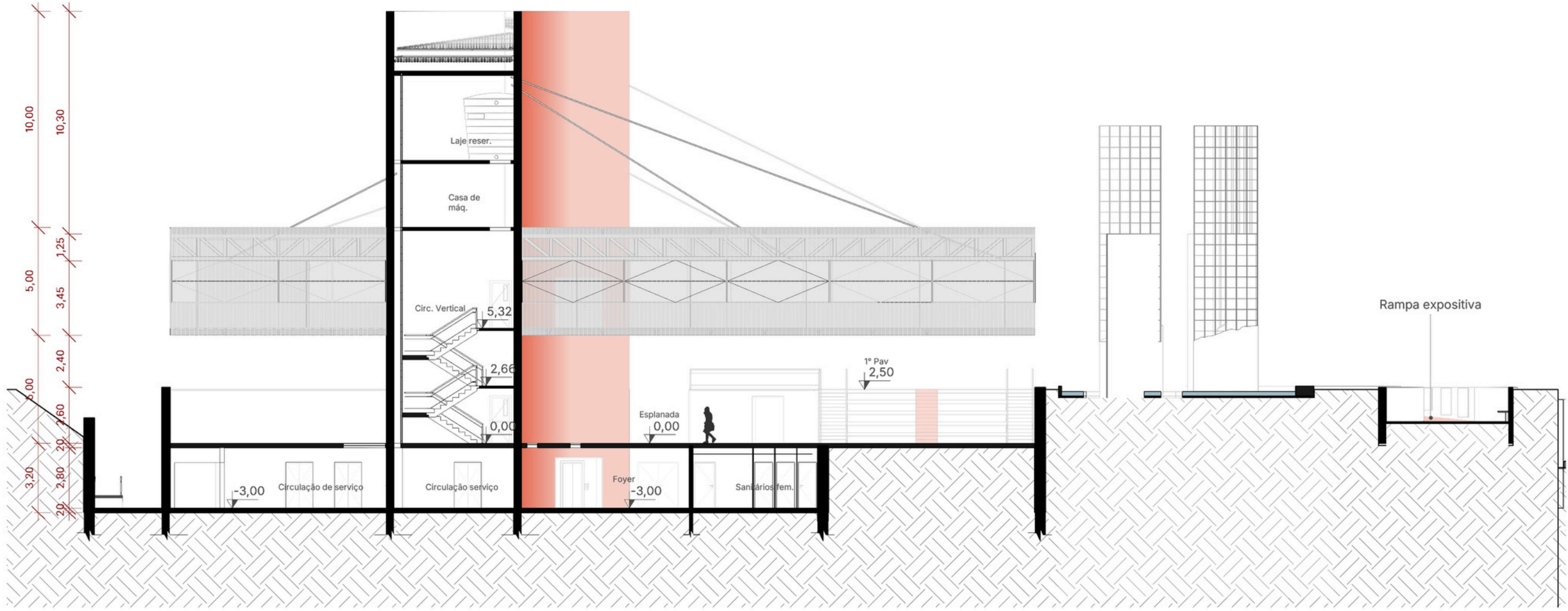
Foram pensados bancos que, além de criar mais espaços de convivência, atuam também como barreiras de proteção, evitando quedas em desníveis de altura, uma vez que foram posicionados de forma estratégica. Sua forma e materialidade buscam retomar a linguagem adotada na edificação.



Vista a partir da avenida João Pessoa. Ao fundo, bloco administrativo/ arquivo histórico.



PLANTA pav. intermediário
Escala: 1/200
0 1 2 5.0 m

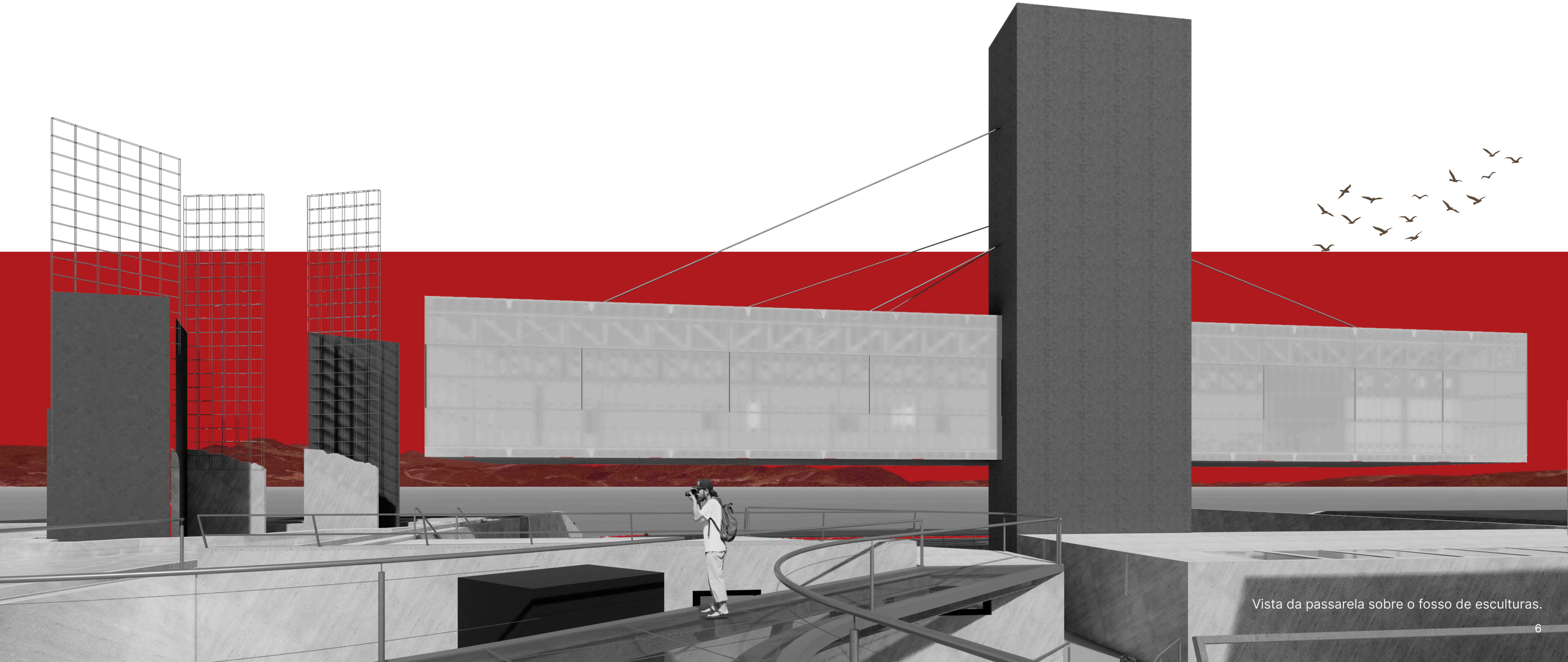


CORTE A
Escala: 1/200

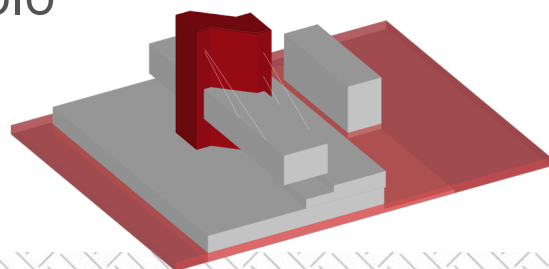
0 1 2 5.0 m

O pavimento intermediário funciona como o ponto de partida de todas as exposições, tanto internas quanto externas. No volume vertical implantado na esplanada está a recepção: é ali que o visitante chega e onde o percurso expositivo interno se inicia. Do lado de fora, as silhuetas percebidas no bloco translúcido sugerem um movimento ascendente, levando-o a acreditar que seguirá para os níveis superiores — a intenção é provocar uma leve desorientação, pois, ao entrar, o percurso o conduz em outra direção, contrariando às expectativas.

À direita, em rampas, desenvolvem-se duas exposições: o primeiro trecho apresenta os nomes dos dez catarinenses mortos pelo regime (sendo que três permanecem desaparecidos até hoje) e, no segundo, placas expositivas em aço corten recebem conteúdos que podem constituir mostras independentes ou dialogar com as exposições que acontecem no interior do memorial.



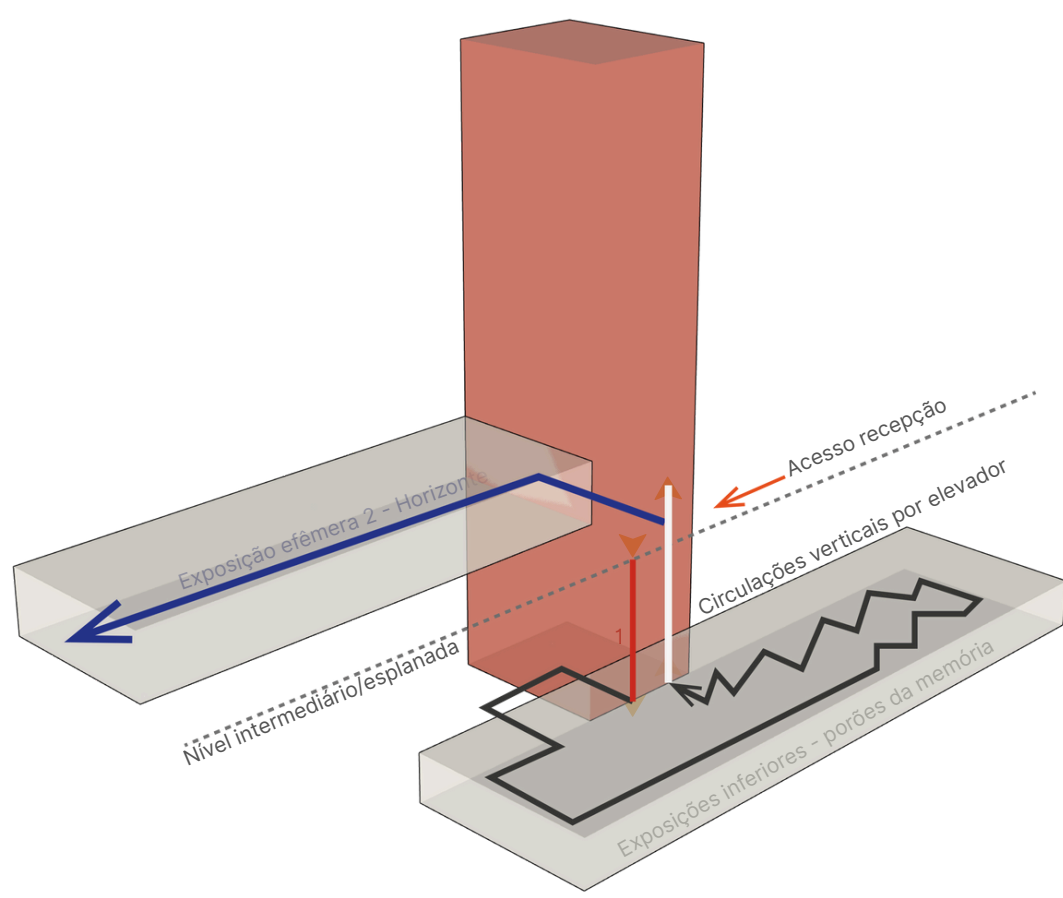
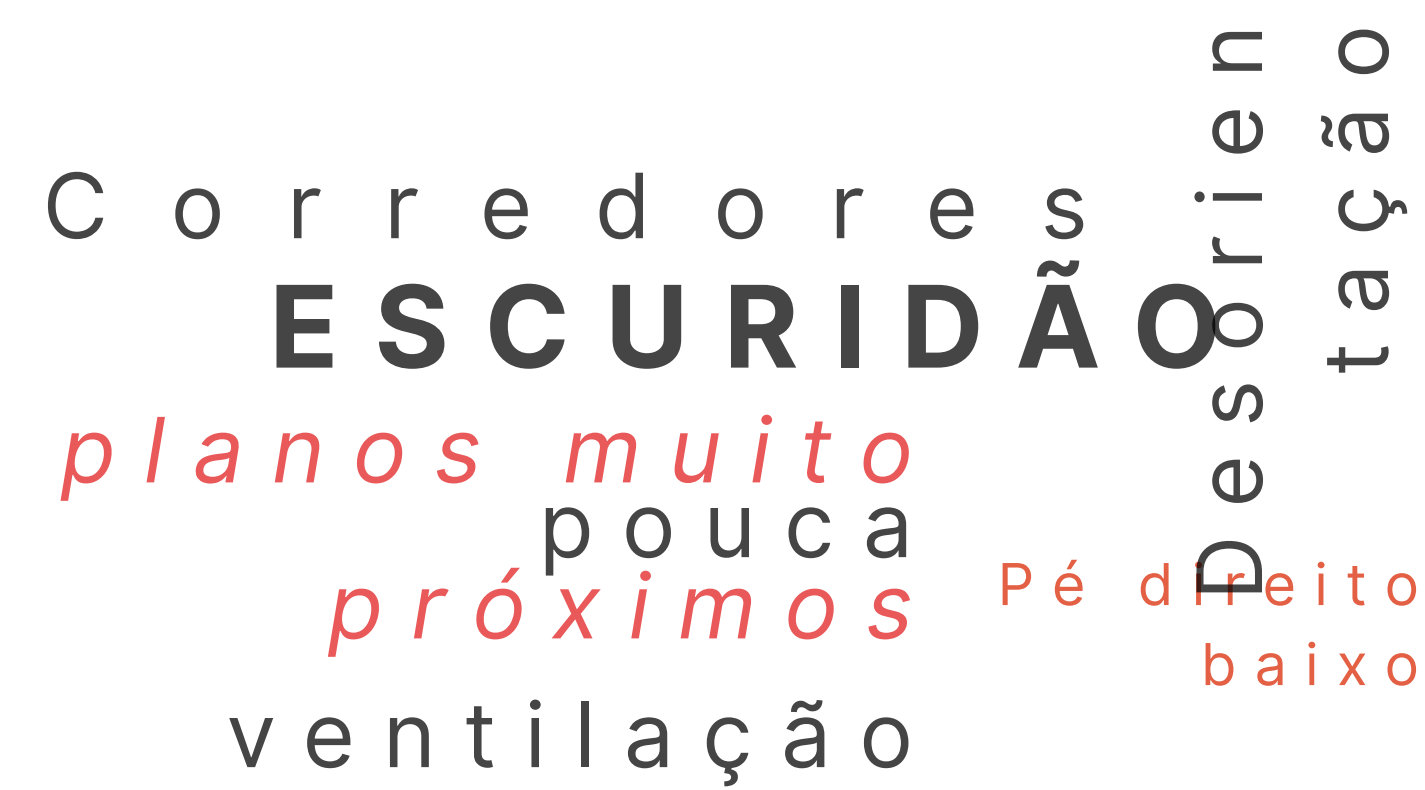
Vista da passarela sobre o fosso de esculturas.



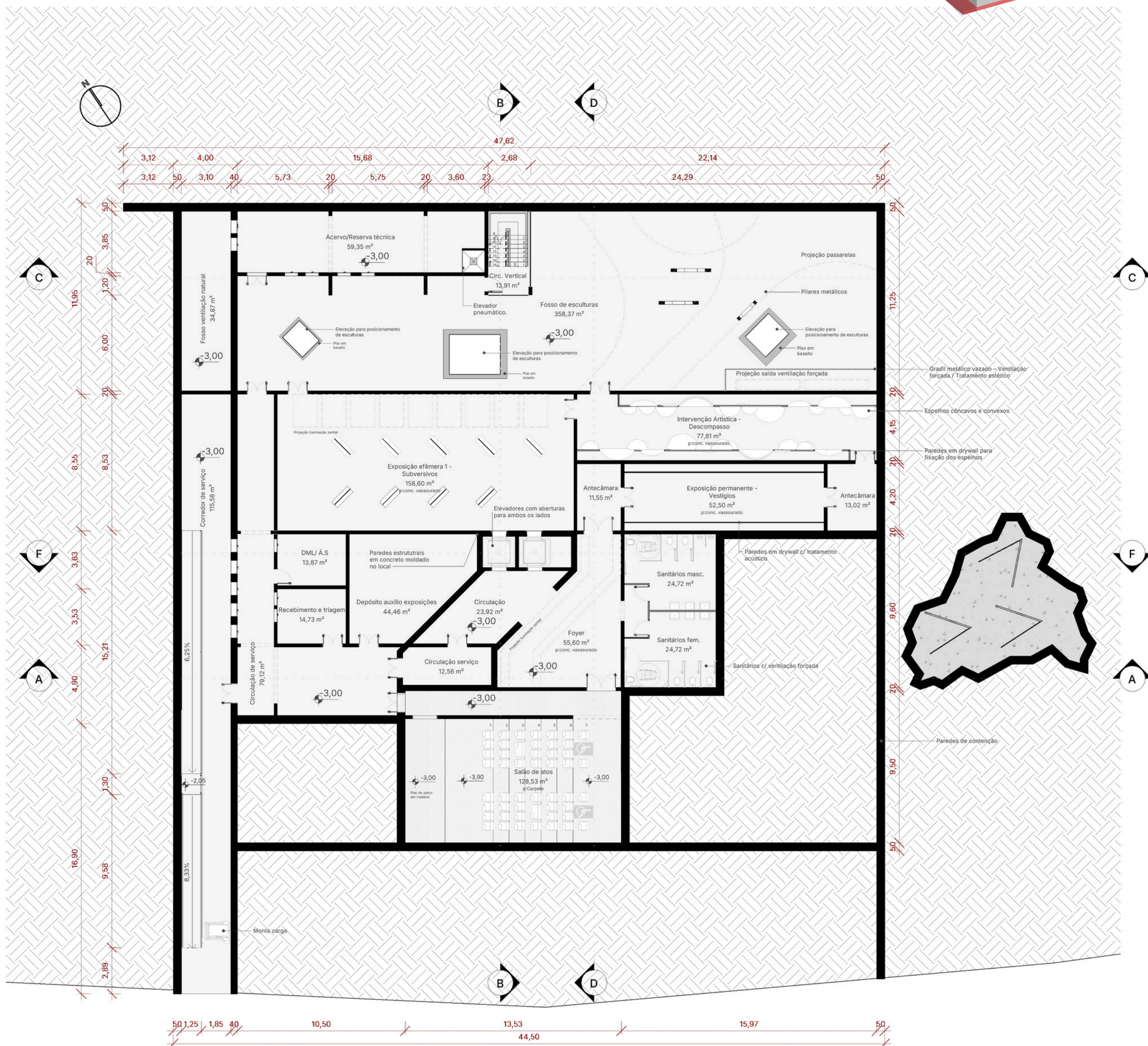
O subsolo foi uma escolha projetual tanto pela intenção de tornar o olhar do visitante menos disperso quanto por fazer alusão direta aos porões da ditadura. Quem ocupa esse nível permanece oculto a quem transita acima, como uma história escondida e enterrada, mostrando que não é porque não a vemos que ela deixa de existir.

Ainda no subsolo, foi disposto um salão de atos para cerca de 50 pessoas, capaz de abrigar intervenções artísticas, como teatro e dança, além de funcionar como espaço de partilha de pequenas produções locais, como documentários, curtas-metragens e debates.

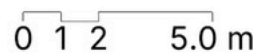
Em contraste com os níveis superiores, esse pavimento se mantém completamente bruto. Aqui, a materialidade é mais dura, menos mediada, quase incômoda. Enquanto os demais níveis trabalham com filtragens, translucidez e certa leveza estrutural, o subsolo assume a densidade do tema, como o ponto em que a narrativa deixa de ser apenas sugerida e passa a ser confrontada de forma mais direta, sem acabamento, sem suavização.



ESQUEMA DE FLUXOS DAS EXPOSIÇÕES



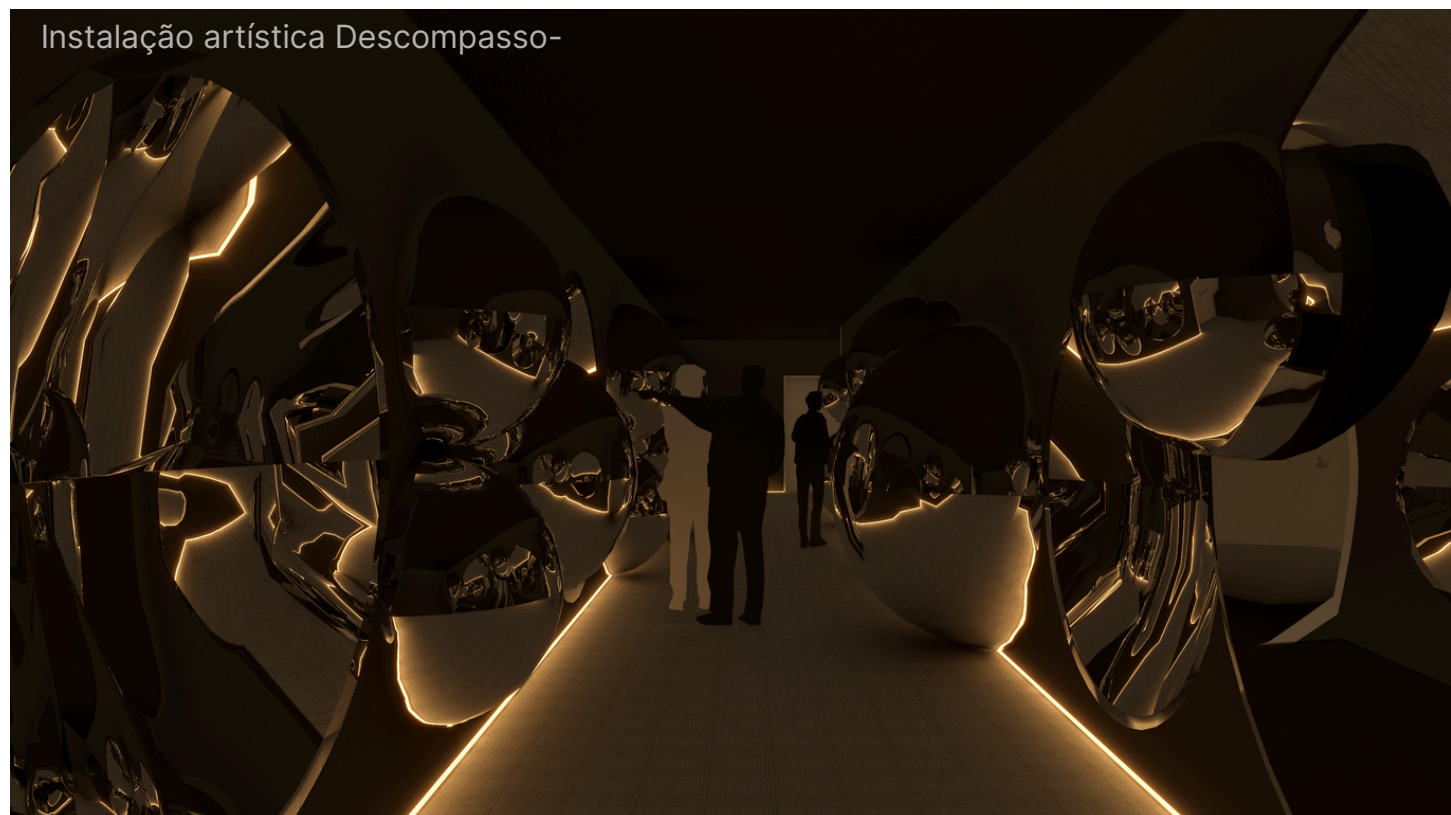
PLANTA Subsolo
Escala: 1/200



Vestígios é a exposição permanente que se apresenta logo no início do percurso, de modo que todo visitante, mesmo aquele que retorna, precise atravessá-la novamente. Antes de entrar, pequenas antecâmaras e o tratamento acústico em paredes e forros abafam os sons externos: a fala diminui, o ruído da cidade some, sobra apenas o atrito dos próprios passos, a respiração, um leve eco. Esse silêncio denso não acolhe; ele causa um incômodo discreto, como se o visitante passasse a ouvir a si mesmo em excesso, lembrando que estar ali não é neutro.

A sala foi concebida a partir dos depoimentos de pessoas torturadas durante a ditadura. Nos balcões expositivos que marcam o corredor, surgem imagens e documentos de catarinenses perseguidos e atingidos pelo regime, compondo um mosaico de histórias interrompidas.

Entre esses fragmentos, aparece também um trecho de um poema – Exortação – de Luiz Eurico T. Lisboa, o lco, que atravessa a sala como um fio de voz sobrevivente. Cada vestígio ali exposto corresponde a uma vida marcada pela repressão – algo que não deve ser esquecido nem suavizado.



A Descompasso é um espaço em que o visitante deixa de ser apenas observador e passa a ser observado por si mesmo, em versões que não reconhece por completo. Os espelhos côncavos e convexos distorcem a imagem do corpo, alongam, comprimem, fragmentam. O reflexo já não devolve uma figura estável: ele aparece, mas se torna estranho, quase outro.

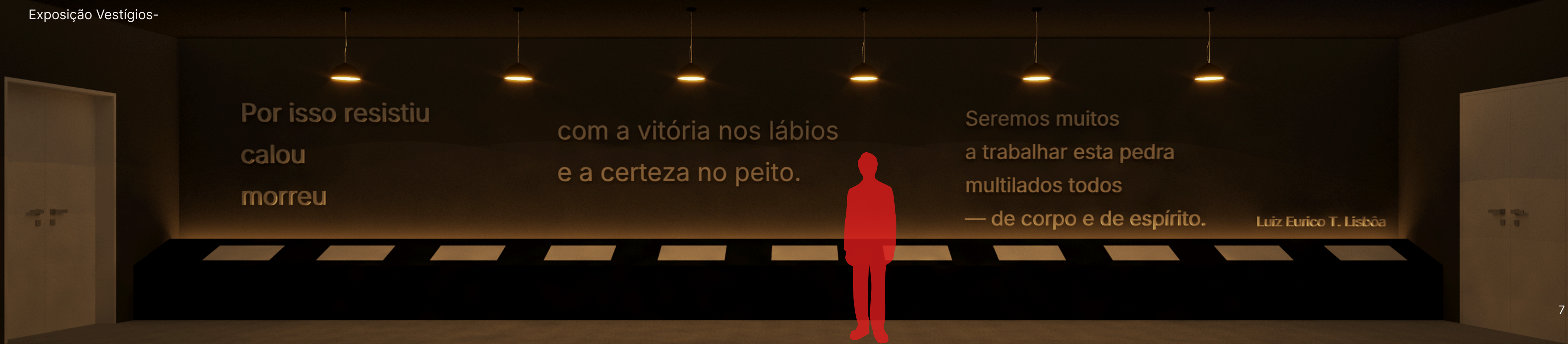
Caminhar pela sala é experimentar no próprio corpo o que é ter sua imagem distorcida, sua percepção alterada, seu deslocamento ameaçado.

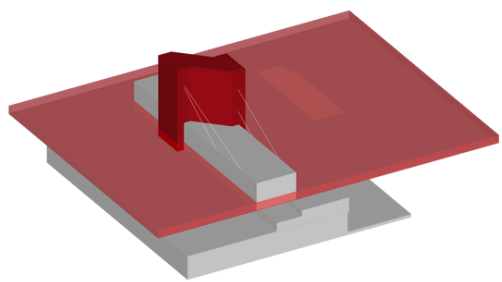
A sala funciona como uma metáfora da distorção de narrativas, corpos e memórias: nada é refletido como “real” ou “inteiro”. O visitante sente na pele um pequeno recorte daquilo que regimes autoritários fazem em larga escala – torcem, amplificam, apagam, deformam histórias e identidades.



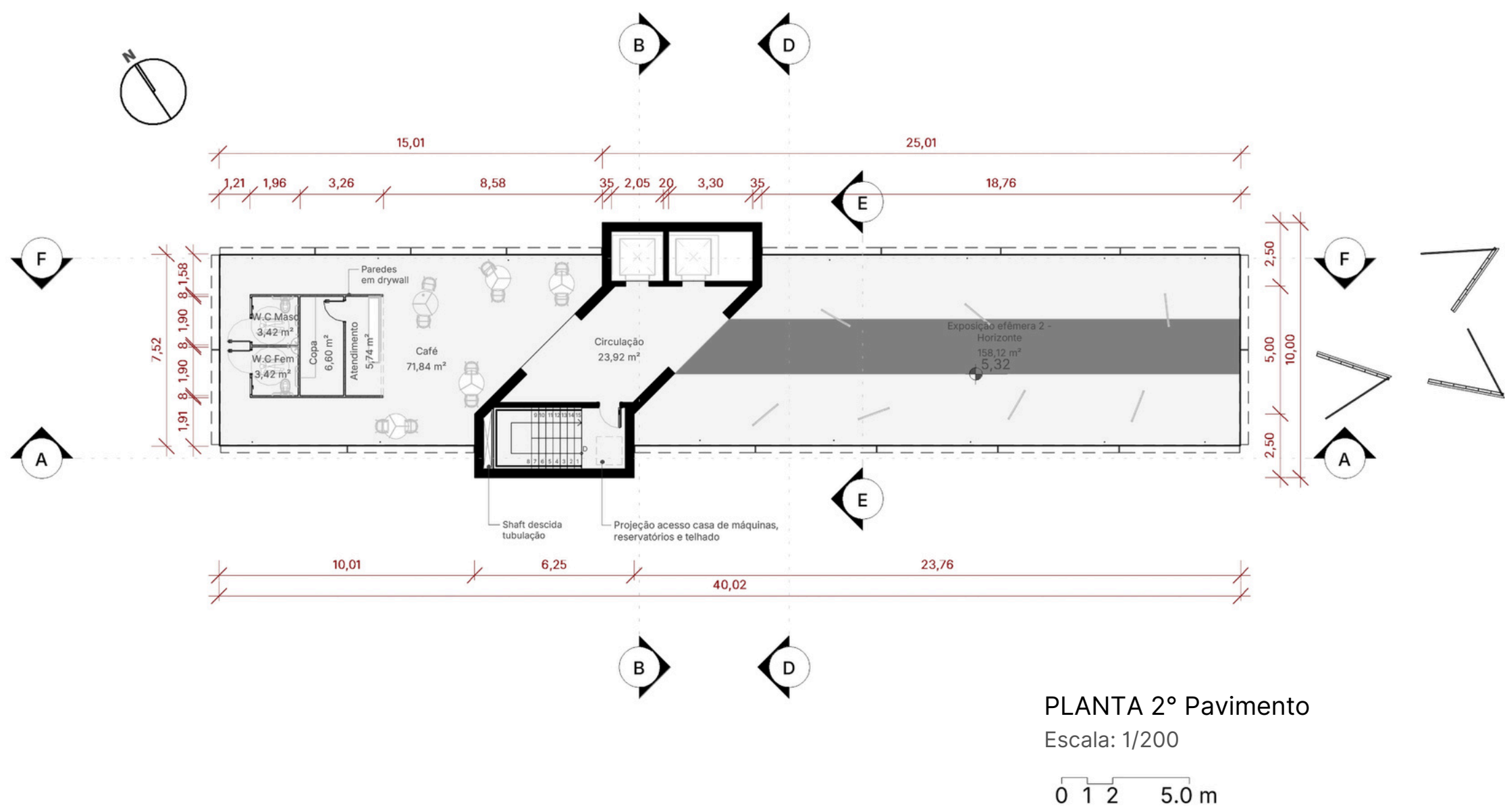
Subversivos, trecho final do percurso no subsolo, funciona como uma espécie de respiro tenso antes da parte mais leve do memorial. Não é um alívio completo, mas um desvio: depois de atravessar a dureza das narrativas de violência, o visitante encontra aqui um espaço em que a memória se liga às formas atuais de resistência. As exposições efêmeras ocupam o ambiente como atos de insubordinação contemporânea – obras, performances e intervenções que questionam, tensionam, ironizam, recusam o silêncio imposto pelo passado e pelo presente.

Os rasgos de luz que atravessam o espaço rompem a escuridão do subsolo. Não iluminam tudo, mas desenharam fendas claras nas superfícies, sugerindo que mesmo em tempos sombrios há frestas pelas quais a esperança insiste em passar. Subversivos é, assim, um lugar em que a memória da repressão encontra a potência de quem continua criando, denunciando e imaginando outros futuros.





2° pav - Café e Exposição efêmera Horizonte.

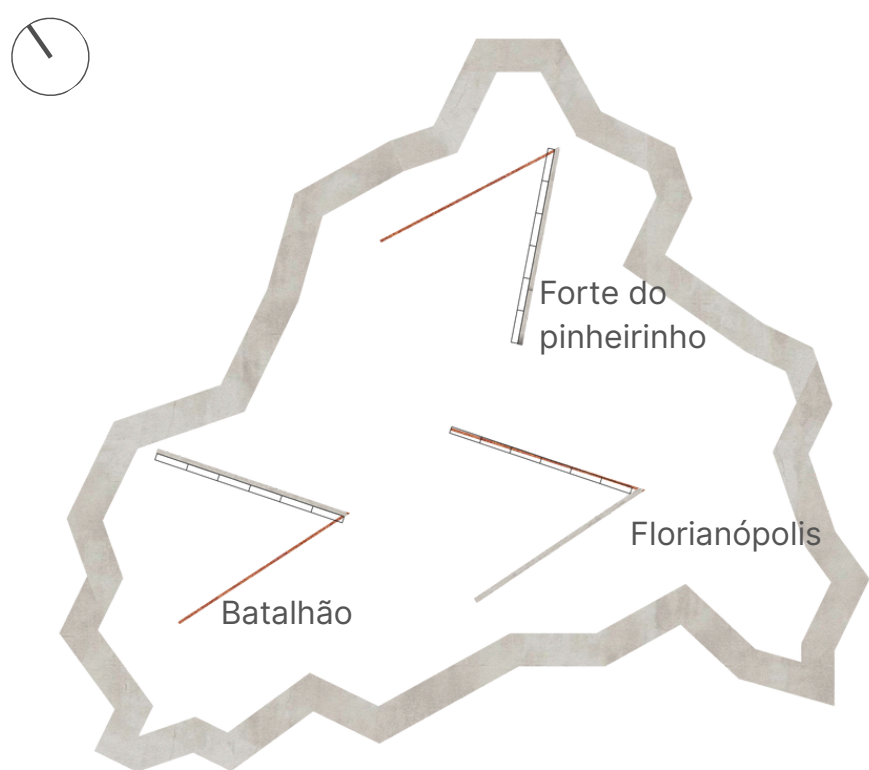


PLANTA 2° Pavimento
Escala: 1/200

0 1 2 5.0 m

No segundo pavimento, a Exposição Efêmera 2 abriga mostras artísticas de caráter mais “leve”, como fotografia e pintura. A translucidez das fachadas permite a realização de intervenções cênicas, nas quais o corpo em movimento é percebido por meio de jogos de silhuetas a partir dos gramados do memorial. O percurso expositivo é organizado de forma linear, com marcações no piso que orientam o trajeto do visitante e, ao término, um plano envidraçado que, em conjunto com as faces laterais em policarbonato, configura um enquadramento visual da paisagem e dos folies ao longe.

É nesse ponto que o percurso se encerra. Os folies, que no térreo aparecem sem explicação ou descrição explícita, revelam aqui sua função ao visitante. Três elementos verticais operam como dispositivos de denúncia e memória contínua: um orienta-se em direção a Florianópolis, evocando a omissão do Estado catarinense; outro aponta para o batalhão, símbolo do aparato direto de repressão; e o último se volta a Curitiba, em referência à dinâmica regional da repressão.



ESQUEMA POSIÇÃO FOLIES
Não escalonado



PERSPECTIVA FOLIES
Não escalonado

Tomando como referência o ponto central do terreno, localizado em 26°14'59,1"S / 51°05'02,4"O, são definidos três eixos principais. A partir desse ponto, traça-se uma linha reta com azimute aproximado de 66° em relação ao norte geográfico, em direção nordeste, apontando para o Forte do Pinheirinho, em Curitiba. Em seguida, estabelece-se uma segunda linha, com azimute em torno de 121°, orientada para sudeste, que se dirige à Prefeitura de Florianópolis. Por fim, uma terceira linha, com azimute aproximado de 122°, também em direção sudeste, conecta o memorial ao 5° Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, situado a cerca de 1,8 km em linha reta a partir do terreno.

Já a forma dos folies articula três camadas materiais. A base em concreto aparente retoma o simbolismo da própria edificação, reforçando a ideia de solidez e peso histórico. Os planos em aço corten emergem do solo e se projetam em diferentes direções, funcionando como marcas visíveis na paisagem e permitindo múltiplas perspectivas e leituras conforme o ponto de vista do observador. Por fim, a estrutura aramada, parcialmente exposta, remete a grades e dispositivos de contenção, sugerindo a vulnerabilidade dos corpos e uma memória que segue em estado de alerta, sempre sujeita a ser controlada ou silenciada.



Exposição efêmera 2 - Horizonte

As fotografias expostas são de acervo e autoria de Emel M. Felipetti, gentilmente cedidas pela própria autora.



Folies vistos à partir do percurso expositivo.

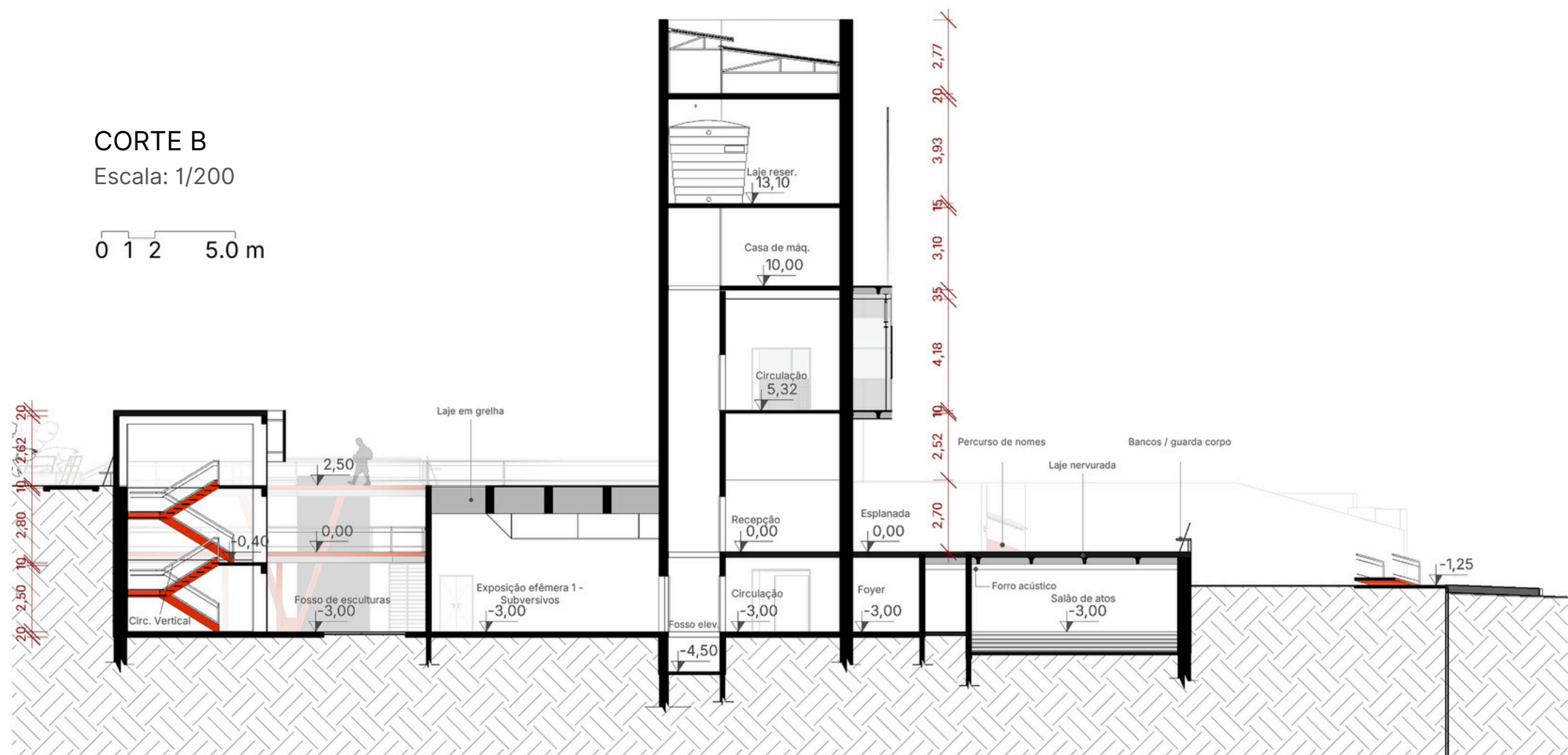


Vista do Café

Por fim, o memorial conta com um café, pensado para finalizar a experiência e acolher o usuário, oferecendo também mais uma área de convivência — entendendo que os espaços de encontro e permanência são fundamentais para a elaboração coletiva da memória e para a construção de laços de solidariedade e resistência.

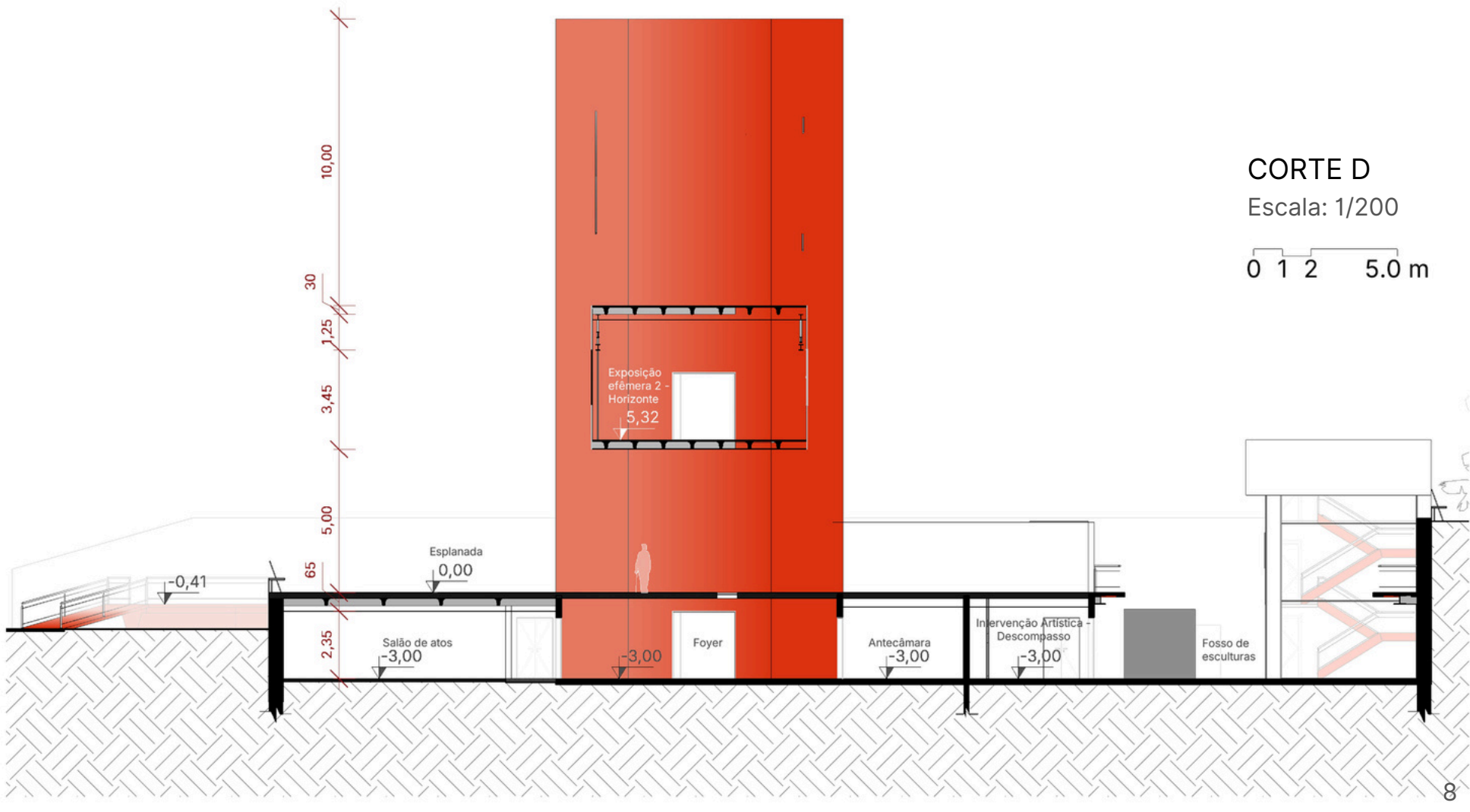
CORTE B
Escala: 1/200

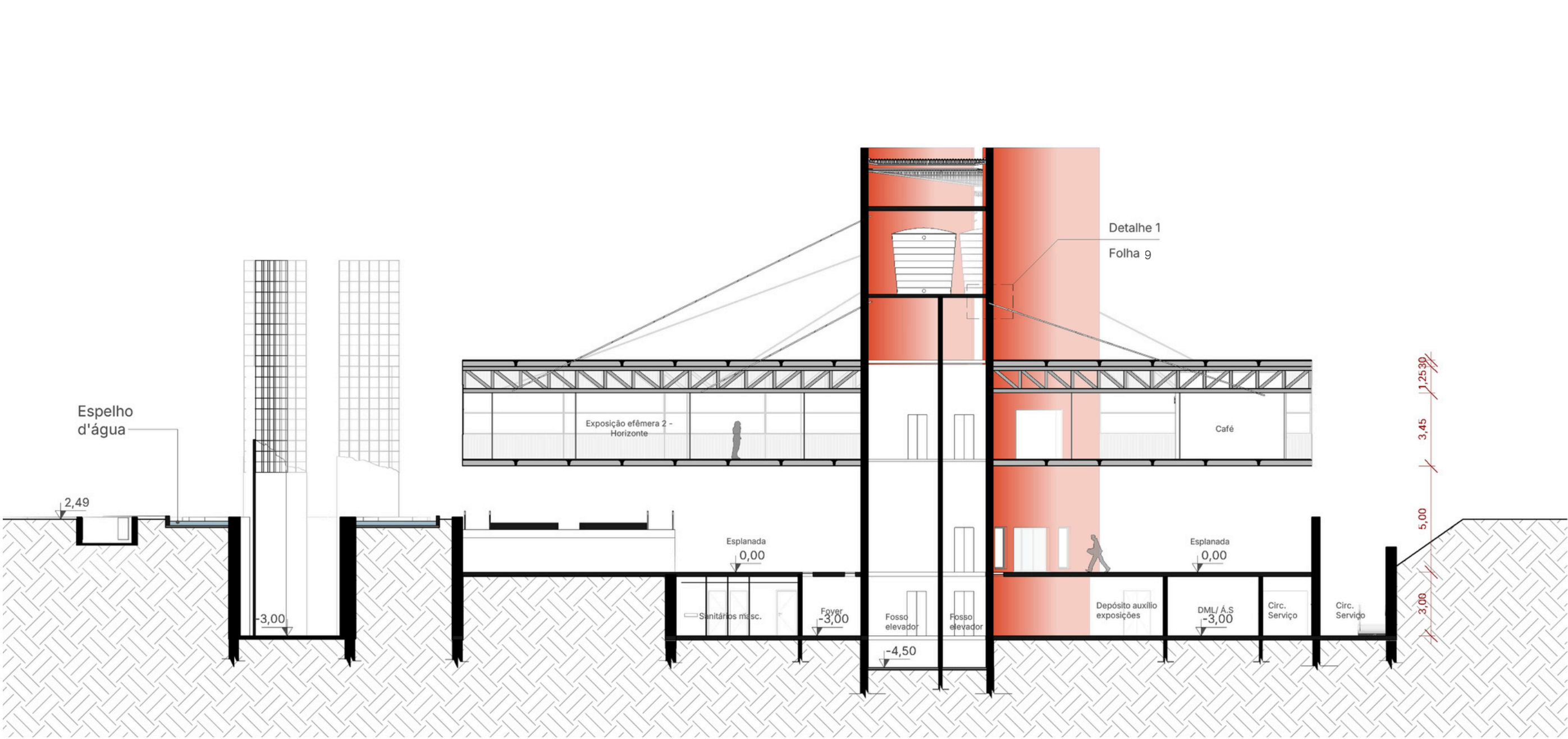
0 1 2 5.0 m



CORTE D
Escala: 1/200

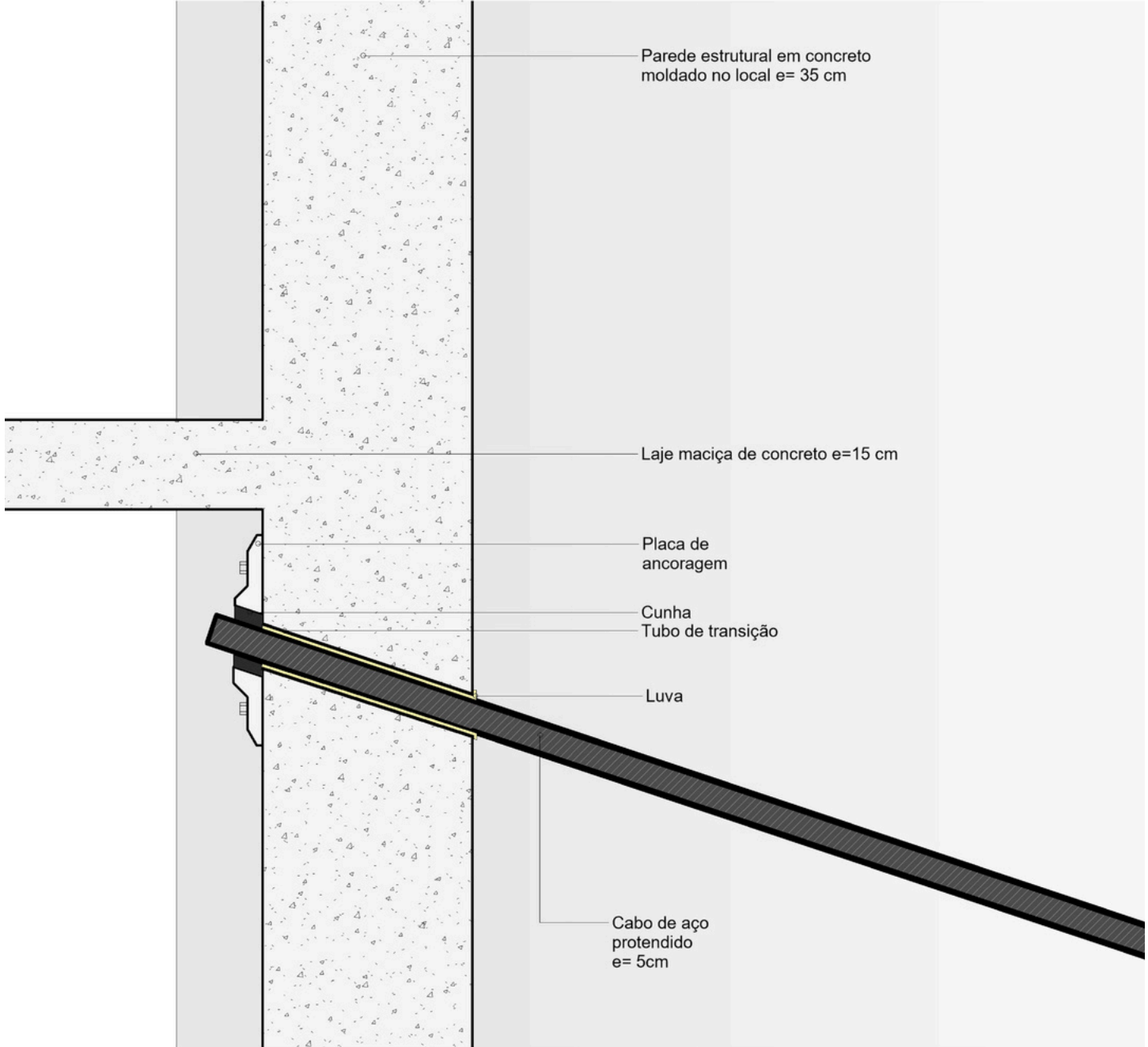
0 1 2 5.0 m



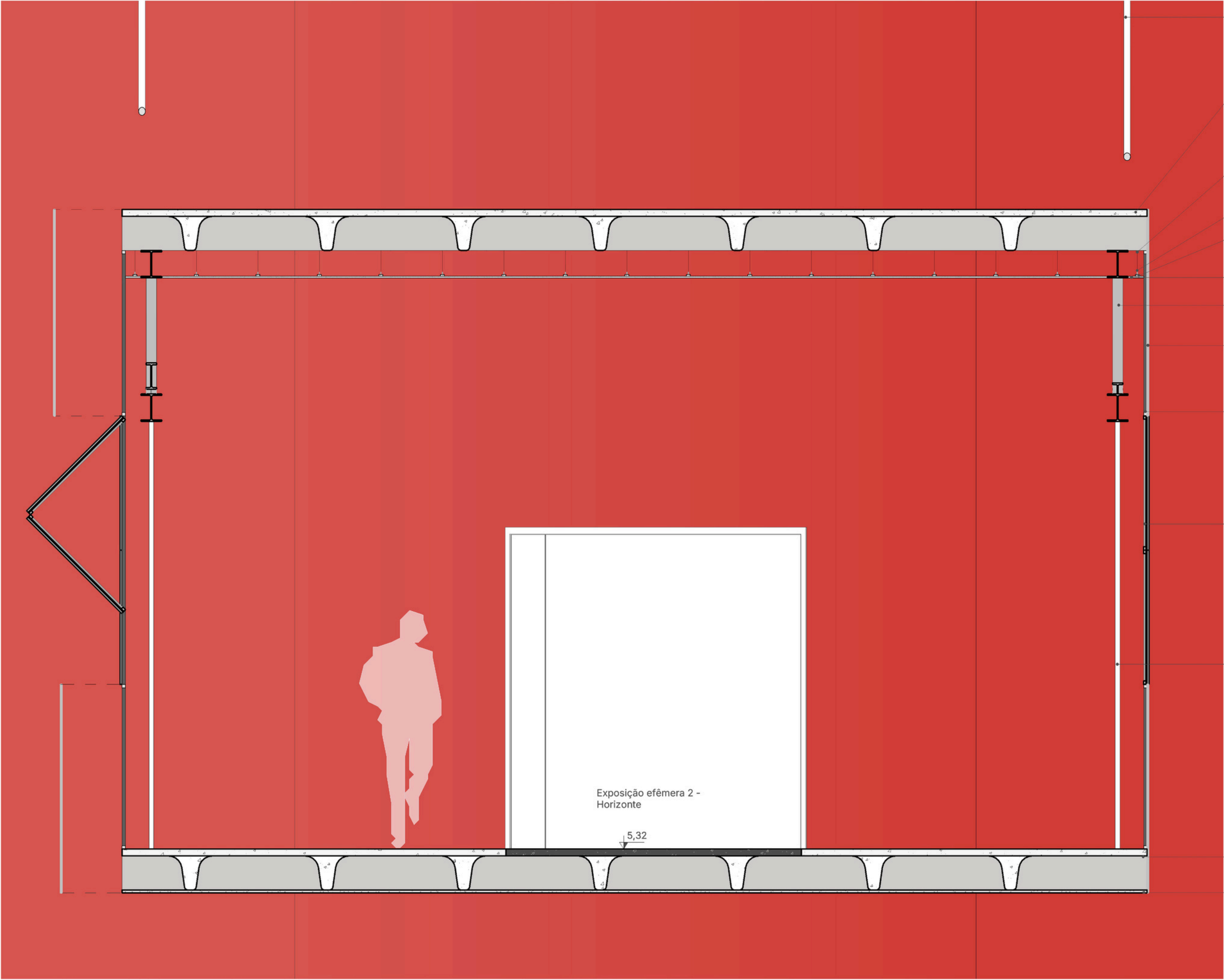


CORTE F
Escala: 1/200

0 1 2 5.0 m



DETALHE 1
Escala: 1/0



CORTE E - Ampliação
Escala: 1/25

0 25 50 150 cm

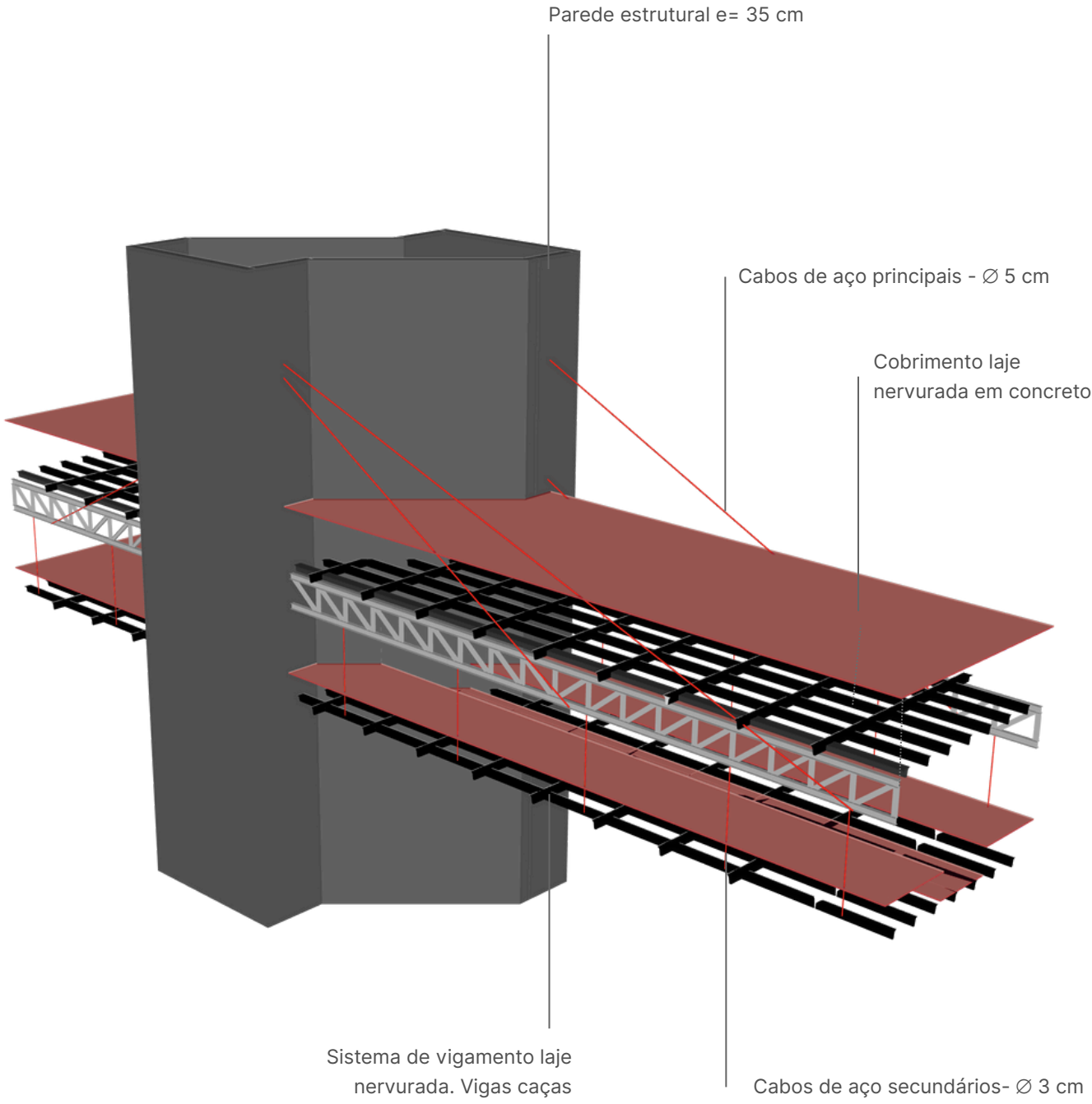
- Cabo de aço estrutural e= 5cm
- Cobertura em laje nervurada. Capa de concreto e=6 cm impermeabilizada
- Tirante
- Suporte nivelador
- Canaleta
- Forro em gesso acartonado
- Treliça plana metálica estrutural h=1,25m
- Fechamento em placa de policarbonato alveolar e=10mm
- Estrutura metálica- montantes 25x25mm - Fixação policarbonato alveolar e esquadrias.
- Esquadria metálica pantográfica - abertura vertical- montantes 25x25mm. Fechamento em policarbonato alveolar 10mm.
- Cabo de aço estrutural e=3,5cm
- Laje nervurada. Capa de concreto e=6cm
- Camada de argamassa p/ acabamento. e=2cm

CONCEPÇÃO ESTRUTURAL

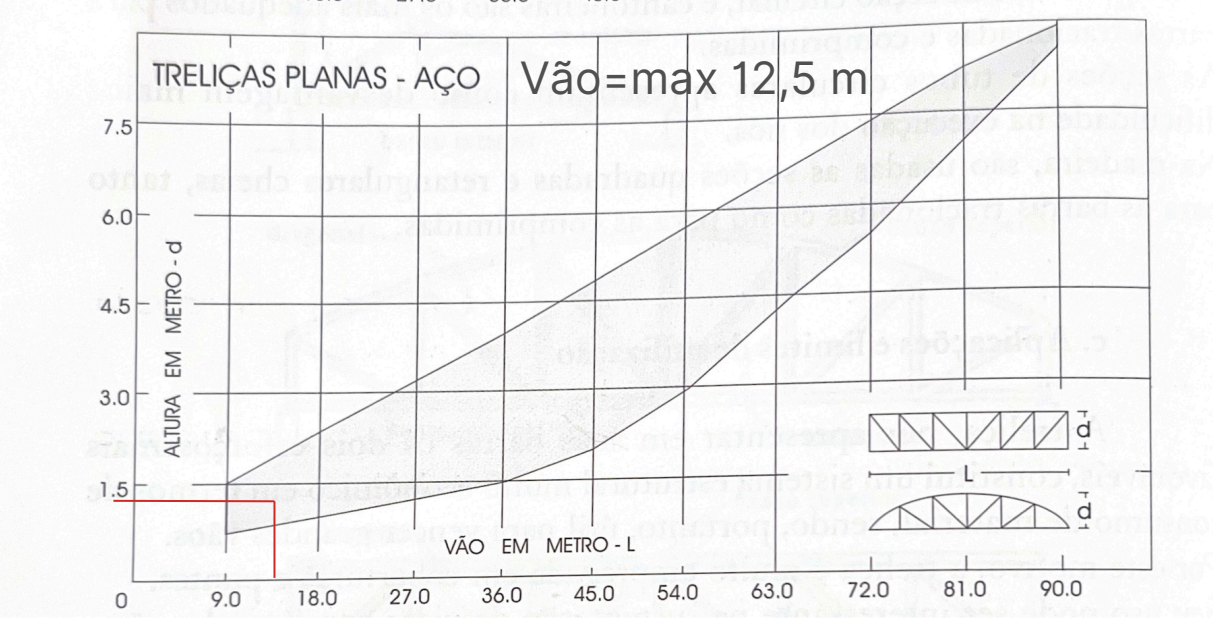
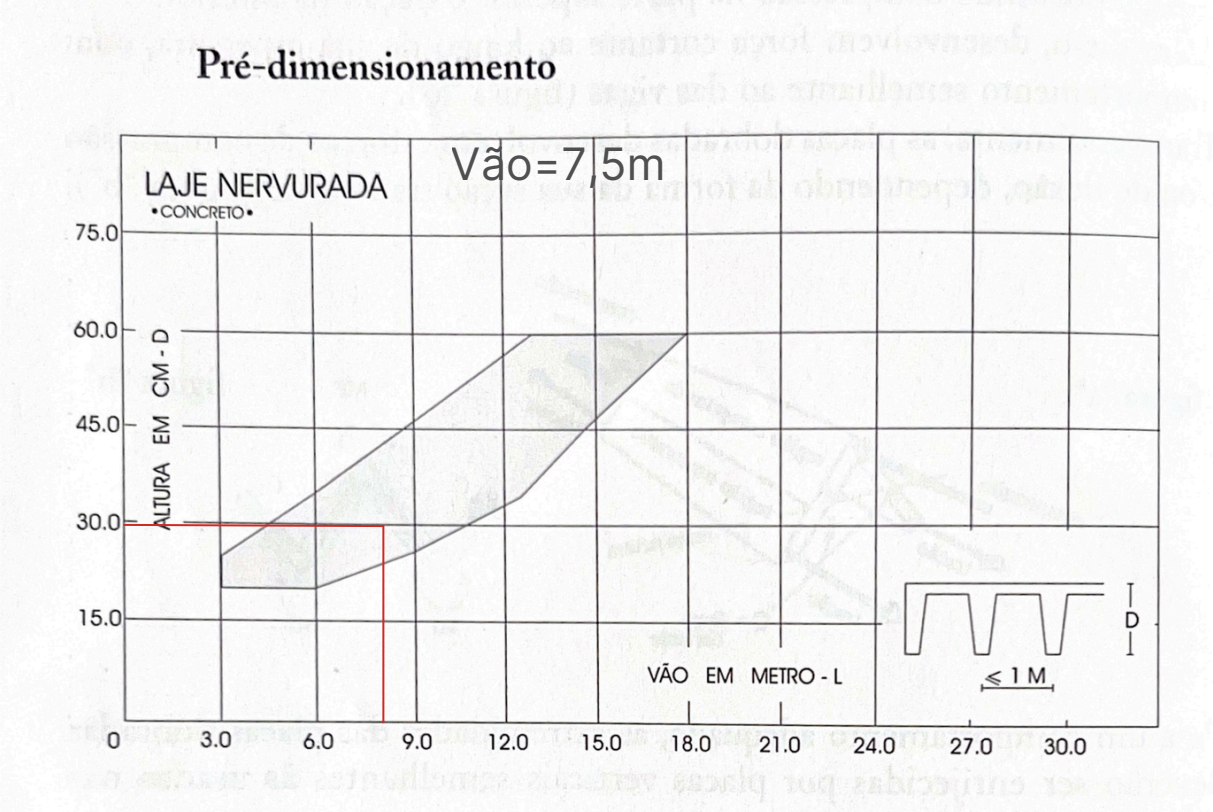
Para o conceito do projeto, a ideia de leveza e de permeabilidade visual era fundamental; assim, a concepção estrutural assumiu papel decisivo. Após a definição do volume inicial, realizou-se o pré-dimensionamento da laje, optando-se por uma laje nervurada. Para suspê-la e garantir sua estabilidade, foram utilizados quatro cabos de aço protendidos em um dos lados e dois no lado em que a laje é menor. Esses cabos, com 5 cm de diâmetro, foram dimensionados por analogia a análises estruturais de pontes. Nessas estruturas, em que as cargas são significativamente maiores e ainda há necessidade de suportar vibrações, os cabos podem atingir 8 cm de diâmetro; assim, o pré-dimensionamento adotado para o memorial mostrou-se adequado.

A extremidade superior desses cabos é ancorada no volume vertical principal, em uma parede estrutural de concreto com 35 cm de espessura, que distribui as cargas entre diversas paredes estruturais no subsolo, evitando a sobrecarga significativa de qualquer elemento isolado.

Os cabos principais são também fixados na parte inferior das treliças metálicas, e os vãos entre eles definiram a altura dessas treliças. Por fim, a laje inferior é sustentada por cabos de aço secundários, com 3 cm de diâmetro, igualmente fixados nessa treliça.



ESQUEMA ESTRUTURA PRINCIPAL
Não escalonado



REFERÊNCIAS

AMPLANORTE – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE. Municípios da região. Disponível em: <<https://amplanorte.org.br/municipios-da-regiao/>>. Acesso em: mai. 2025.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT. Relatório final: março de 2013 a dezembro de 2014. Governo Federal – Memórias Reveladas, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/389fa27327d13645e1c7627cdf1c232a.pdf>. Acesso em: mai. 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório final: volume 1. Governo Federal – Memórias Reveladas, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: jun. 2025.

DE LUCA, Derlei Catarina. Relato: A busca da verdade. Fronteiras: Revista Catarinense de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, n. 24, 2014, p. 110-114. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071481008>. Acesso em: mai. 2025.

IBGE. Porto União (SC): panorama, c2025. Página institucional. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/porto-uniao/panorama>>. Acesso em: jun. de 2025

LISBÔA, Luiz Eurico Tejera. Condições ideais para o amor: poemas, manifestos e correspondências de um poeta-guerrilheiro. HOHLFELDT, Antonio (org.). Porto Alegre: Libretos, 2021.

PACHECO, Diego. Os times do povo: os grupos dos onze e a memória trabalhista em Santa Catarina. Visão Global, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 229-250, jul./dez. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO. Histórico. Disponível em: <<https://www.portouniao.sc.gov.br/pagina-4092/>>. Acesso em: jun. 2025.

RAMOS, Tassila Oliveira; MIRANDA, Zeny Duarte de. O inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu: memorial - um sistema em definição. Revista Fontes Documentais, Aracaju, v. 04, n. 01, p. 68-85, jan./abr. 2021. ISSN 2595-9778.

LISTA DE IMAGENS

Pág. 3.Fotos do terreno e entorno imediato. Acervo familiar, 2025.
Foto do terrono a partir da vista do Morro Cruz. Autor: Sloboda, 2016. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Morro+da+Cruz/@-26.2464624,-51.0776898>>. Acesso em: jun. 2025.

Pág. 9.Gráficos de pré dimensionamento estrutural. Fonte: REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. A Concepção Estrutural e a Arquitetura. São Paulo: Zígarate Editora, 2000.

Todas as renderizações e esquemas gráficos foram elaborados pela autora, 2025.

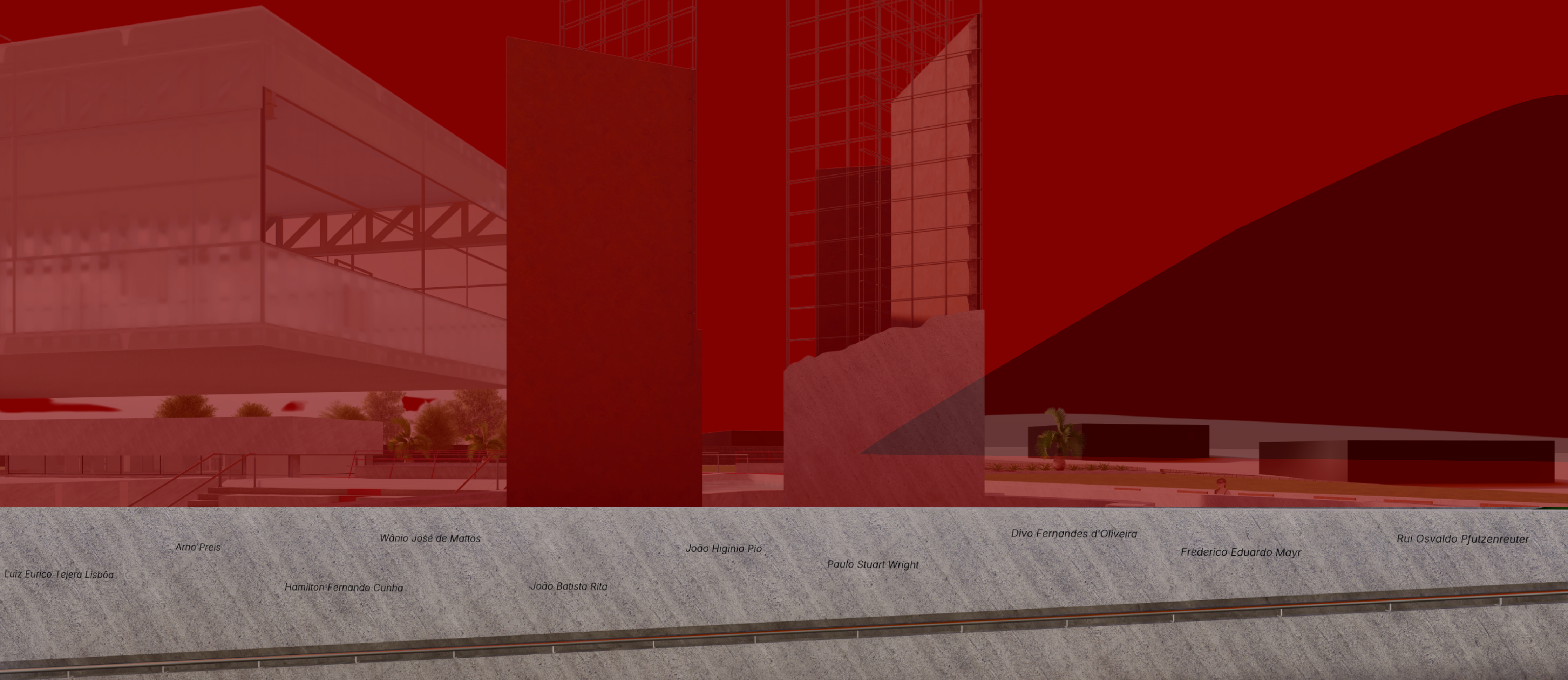
MAPAS

Mapas elaborados pela autora a partir do QGis com dados geoprocessados do IBGE e OpenStreetMaps, 2025.

“[...] Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia [...]”

- Apesar De Você, Canção de Chico Buarque.

Vista da exposição externa com os nomes das vítimas



Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Dobrikopf, Hayane Liz

Memorial Ico Lisboa às vítimas da ditadura militar no Planalto Norte Catarinense / Hayane Liz Dobrikopf. -- 2025.

10 f.:il.

Orientador: Mestre Edison Kiyoshi Tsutsumi

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Erechim, RS, 2025.

1. Memoriais; ditadura militar; exposições; cultura. I. Tsutsumi, Edison Kiyoshi, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.